

ALIMENTAÇÃO ESCOLAR LOCAL NA ÁFRICA OCIDENTAL

Uma análise da paisagem



WFP/Evelyn Fey



Maio 2024

AGRADECIMENTOS

Este documento foi preparado pelo Regional Centre of Excellence against Hunger and Malnutrition (CERFAM), pelo Programa Alimentar Mundial das Nações Unidas (PAM), pela CEDEAO e pela Coligação de Refeições Escolares para a Conferência da CEDEAO sobre Alimentação Escolar Local, a realizar em Dakar, Senegal, de 21 a 23 de maio de 2024.

Os meus sinceros agradecimentos a todos os que forneceram orientação e contribuíram para este trabalho: Dr. Marc Nene, Diretor do CERFAM; Marc Nene, Diretor do CERFAM; Sapna Gorajia, Responsável pela Política do

Programa, CERFAM; Odia Bintou Cisse, Responsável pela Política do Programa, CERFAM; Edward Lloyd-Evans, Chefe da Investigação e Política da Alimentação Escolar, PAM; Thomas Conan, Conselheiro Regional Sénior para o Programa e Política, PAM; Ones Karuho, Conselheiro Sénior para os Sistemas Alimentares, PAM; Diarde Ba, Responsável pela Política do Programa de Sistemas Alimentares, PAM; Professor Donald Bundy, Diretor do Research Consortium for School Health and Nutrition, uma iniciativa da School Meals Coalition; Linda Schultz, Chefe de Operações Sénior do Research Consortium; e Greta Claessens, Design Gráfico, PAM.

ÍNDICE

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| 1. Mensagens-chave e principais conclusões | 4 |
| 1.1. Mensagens-chave..... | 4 |
| 1.2. Principais conclusões..... | 4 |
| 2. Sumário executivo..... | 5 |
| 3. Introdução..... | 6 |
| 3.1. Contexto e significado | 6 |
| 3.2. Crises mundiais recentes e nova atenção | 6 |
| 3.3. Objectivos do relatório | 6 |
| 3.4. Metodologia..... | 6 |
| 4. Antecedentes e contexto | 7 |
| 4.1. Definição de alimentação escolar..... | 7 |
| 4.2. Uma breve história da alimentação escolar na região da CEDEAO | 7 |
| 4.3. Evolução do HGSF na região da CEDEAO..... | 8 |
| 5. Factores que influenciam a eficácia do HGSF..... | 9 |
| 5.1. Macro factores que influenciam a eficácia do HGSF na região da CEDEAO..... | 9 |
| 5.2. Impacto no meio de desafios..... | 9 |
| 6. Análise do panorama actual..... | 10 |
| 6.1. Visão geral do cenário actual de HGSF | 10 |
| 6.2. Colaboração entre o Governo e os parceiros na expansão dos programas de HGSF | 12 |
| 6.3. Análise comparativa dos países da região da CEDEAO em seis domínios desde 2020 | 12 |
| 6.4. Quadros políticos e jurídicos..... | 12 |
| 6.5. Capacidade financeira | 14 |
| 6.6. Coordenação e disposições institucionais..... | 15 |
| 6.7. Participação comunitária..... | 16 |
| 6.8. Aquisição de alimentos e cadeia de abastecimento..... | 17 |
| 6.9. Programação sensível à nutrição e iniciativas complementares | 18 |
| 6.10. Sistemas de dados e de controlo: Reforço das capacidades e das infra-estruturas..... | 19 |
| 7. Defesa global e cooperação Sul-Sul..... | 23 |
| 7.1. Coligação para a Alimentação Escolar | 23 |
| 7.2. Cooperação Sul-Sul | 23 |
| 7.3. Visita de estudo da Serra Leoa ao Quênia..... | 23 |
| 7.4. Visita do Burundi ao Senegal | 23 |
| 8. Conclusão e recomendações | 25 |
| 8.1. Recomendações | 25 |
| 8.2. Secção CONCLUSÕES e recomendações | 26 |
| Bibliografia | 27 |

1. MENSAGENS-CHAVE E PRINCIPAIS CONCLUSÕES

1.1. MENSAGENS-CHAVE

a. Adoção universal, poder local:

- Os Estados membros da CEDEAO abraçaram universalmente os programas do HGSF, demonstrando um compromisso coletivo dos seus sistemas de proteção social para melhorar o bem-estar das crianças em idade escolar, melhorar os resultados de aprendizagem e reforçar a educação.
 - Exemplo: A iniciativa nacional de HGSF do Togo, impulsionada pelo envolvimento da comunidade, mostra o compromisso da região com a capacitação local e o desenvolvimento sustentável.
- A apropriação nacional das iniciativas do HGSF está a aumentar gradualmente, demonstrando uma mudança no sentido da sustentabilidade e da autossuficiência na região.

b. Sinergia regional para o progresso:

- A integração da alimentação escolar local em objectivos de desenvolvimento mais amplos, como a Estratégia Continental de Educação para África (CESA) da União Africana, demonstra o empenho da CEDEAO no alinhamento e cooperação regionais.
- Os programas de alimentação escolar local estão a ser reconhecidos como um ponto de alavancagem para a transformação dos sistemas alimentares nos países membros da CEDEAO.

c. Políticas de impacto baseadas em dados concretos:

- A produção de evidencia apoiaria os esforços de expansão e sustentabilidade, bem como a mobilização dos recursos necessários.
- Os investimentos em investigação, monitoria e avaliação contribuem para a melhoria e adaptação contínua das estratégias do HGSF, promovendo a tomada de decisões baseadas em dados concretos na região.

d. Sustentabilidade centrada na comunidade:

- Os programas do HGSF na região da CEDEAO dão prioridade ao envolvimento e à capacitação da comunidade, promovendo a apropriação e a sustentabilidade ao nível das bases.
- O aproveitamento dos recursos, conhecimentos e capacidades locais aumenta a eficácia e a resiliência das iniciativas do HGSF, assegurando que são adaptadas aos contextos e necessidades locais.
 - Exemplo: No Gana, os agricultores locais estão ativamente empenhados no fornecimento de alimentos nutritivos para as refeições escolares, capacitando as comunidades e promovendo o crescimento económico.

1.2. PRINCIPAIS CONCLUSÕES

a. Desafios na implementação das políticas:

- Embora a adoção de políticas para o HGSF seja predominante, persistem desafios na tradução de políticas em quadros jurídicos eficazes, destacando a necessidade de esforços acrescidos na institucionalização no contexto da CEDEAO.
- O reforço dos quadros jurídicos e das capacidades institucionais é crucial para colmatar a disparidade entre a formulação e a aplicação das políticas, garantindo um impacto sustentado dos programas.

b. Sustentabilidade financeira:

- As restrições financeiras colocam desafios significativos à expansão e sustentabilidade dos programas de HGSF nos países da África Ocidental, necessitando de esforços de mobilização de recursos em colaboração e de mecanismos de financiamento inovadores.
- O reforço das capacidades financeiras, tanto a nível nacional como regional, é essencial para garantir a viabilidade e a eficácia a longo prazo das iniciativas do HGSF na região da CEDEAO.

c. Tomada de decisões com base em dados:

- Quadros eficazes de monitoria e avaliação (M&A) são essenciais para informar a tomada de decisões com base em dados concretos e impulsionar melhorias nos programas na região da CEDEAO.
- O investimento em sistemas sólidos de gestão de dados e o reforço das capacidades de análise orientada para os dados melhoram a responsabilização, a transparência e a avaliação do impacto dos programas.

d. Capacitar as comunidades para o sucesso:

- A participação e a apropriação pela comunidade são factores críticos de sucesso do programa HGSF, promovendo a resiliência e assegurando que as intervenções são adaptadas aos contextos e necessidades locais.
 - Exemplo: No Benim, as iniciativas lideradas pela comunidade para criar hortas escolares não só melhoraram a nutrição como também proporcionaram oportunidades de aprendizagem valiosas para as crianças, demonstrando o poder transformador do envolvimento da comunidade.

2. SUMÁRIO EXECUTIVO

O panorama dos programas de Alimentação Escolar Local (HGSF) na região da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) sofreu uma evolução significativa desde a [última avaliação em 2020](#). Este sumário executivo fornece uma análise comparativa em seis categorias, oferecendo insights sobre a dinâmica em evolução, desafios e melhores práticas no domínio da HGSF.

Expansão dos programas do HGSF: Todos os 15 países da CEDEAO adoptaram programas de HGSF, assinalando um marco nos esforços regionais para a segurança alimentar e acesso à educação. O Benim, o Mali e a Serra Leoa integraram as iniciativas do HGSF nas suas estratégias nacionais de alimentação escolar, demonstrando um reconhecimento crescente da importância das refeições de origem local.

Tendências na cobertura do HGSF nos países da CEDEAO: Com 22,4 milhões de crianças nos países da CEDEAO a receberem refeições escolares, esta região lidera África no número de beneficiários que recebem refeições escolares. No entanto, existem variações nas tendências de cobertura, enfatizando os diversos desafios e sucessos encontrados na expansão da cobertura do programa de alimentação escolar.

Colaboração entre governos e parceiros na expansão dos programas do HGSF: As colaborações entre governos e vários parceiros, incluindo o Programa Alimentar Mundial (PAM), facilitaram o estabelecimento e a expansão das iniciativas do HGSF, sublinhando o compromisso coletivo com a segurança alimentar e o acesso à educação.

Análise comparativa dos países da região da CEDEAO: Uma análise comparativa em seis domínios desde 2020 fornece informações valiosas para os decisores políticos, profissionais e partes interessadas empenhados em fazer avançar as agendas

de educação, nutrição e desenvolvimento sustentável. Os esforços para fortalecer as bases jurídicas, abordar as restrições financeiras, melhorar os mecanismos de coordenação e promover a participação da comunidade são as principais conclusões. Além disso, a integração de uma programação sensível à nutrição e o reforço dos sistemas de dados e de monitorização são essenciais para o êxito dos programas do HGSF.

Advocacia Global e Cooperação Sul-Sul: A Coligação para a Alimentação Escolar, com origem na Cimeira dos Sistemas Alimentares de 2021, é uma iniciativa liderada pelo governo que se esforça por revitalizar os programas de alimentação escolar, reforçar os sistemas alimentares e educativos e impulsionar acções para alcançar os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). 14 dos 15 estados-membros da CEDEAO assinaram a Coligação para a Alimentação Escolar em maio de 2024. O relatório destaca a importância da colaboração global e do intercâmbio de conhecimentos para iniciativas sustentáveis de alimentação escolar.

Esta análise comparativa serve como um recurso abrangente para navegar pelas complexidades e oportunidades inerentes à implementação do HGSF nos países da CEDEAO. Oferece recomendações accionáveis para aumentar a eficácia e a sustentabilidade dos programas do HGSF, enfatizando a importância da vontade política, dos mecanismos de financiamento sustentáveis, da coordenação multisectorial e do envolvimento da comunidade. Ao implementar estas recomendações, os países da CEDEAO podem reforçar os seus programas do HGSF, assegurando um impacto sustentado na educação, saúde, nutrição e economias locais, ao mesmo tempo que promovem a resiliência a desafios futuros



3. INTRODUÇÃO



UNICEF/Janet Delonghi

3.1. CONTEXTO E SIGNIFICADO

Investir no futuro de um país está indissociavelmente ligado ao apoio à sua próxima geração. O fornecimento de alimentos acessíveis, seguros e nutritivos é uma componente crítica do desenvolvimento do capital humano, estabelecendo as bases para a saúde, o bem-estar e as competências das gerações futuras. A importância da segurança alimentar e nutricional não pode ser sublinhada, especialmente durante os próximos 7.000 dias de vida - o período que se segue aos críticos primeiros 1.000 dias de vida até ao início da idade adulta - quando as crianças e os adolescentes passam por mudanças fundamentais no desenvolvimento físico e cognitivo. A infância caracteriza-se por um crescimento rápido e elevados níveis de atividade, o que exige uma alimentação rica em nutrientes, minerais e vitaminas essenciais para promover a saúde e a produtividade a longo prazo.

3.2. CRISES MUNDIAIS RECENTES E NOVA ATENÇÃO

As recentes crises globais destacaram a importância primordial dos programas de alimentação escolar, iluminando-os como ferramentas vitais de proteção social. Enquanto o mundo enfrentava desafios sem precedentes que interromperam as cadeias de abastecimento agroalimentar e forçaram as crianças a ficar em casa, a ausência de refeições escolares exacerbou a insegurança alimentar e nutricional, especialmente em famílias de baixa renda. Quando as instituições de ensino fecharam suas portas e provocaram o fecho generalizado de escolas em meio à crise da Covid-19, os governos perceberam o papel fundamental dos programas de alimentação escolar, reconhecendo-os como soluções multifacetadas capazes de atender a prioridades urgentes, como fornecimento de refeições, produção local de alimentos, nutrição aprimorada por meio de fortificação e alavancagem de plataformas de alimentação escolar para acelerar os resultados de saúde, como vacinas, triagem e tratamento nutricional, exames médicos e desparasitação.

3.3. OBJECTIVOS DO RELATÓRIO

- Fornecer uma visão geral do atual panorama do HGSF na África Ocidental, avaliando o desenvolvimento destes programas no meio das recentes crises globais e avaliando a sua evolução ao longo dos últimos anos.
- Realizar uma análise comparativa dos programas nacionais em relação a um conjunto abrangente de critérios, incluindo diferentes modelos de implementação, para compreender os factores que contribuem para o sucesso da implementação e da sustentabilidade dos programas.
- Identificar as lacunas e os desafios prevalentes e a emergência de compromissos nacionais, com especial incidência na recolha das lições aprendidas e das melhores práticas.
- Fornecer recomendações accionáveis para melhorar a eficácia e a sustentabilidade da implementação do programa HGSF.

3.4. METODOLOGIA

Este relatório embarca numa exploração aprofundada da paisagem do HGSF nos 15 países da CEDEAO na África Ocidental. Procura mapear a evolução dos programas do HGSF no meio de várias crises globais, particularmente desde a última Análise da Paisagem em 2020. Com um grande enfoque nos progressos e desafios enfrentados por estes programas, o relatório sublinha o imperativo de um quadro político robusto, orientações operacionais claras e sistemas de monitorização robustos para permitir uma implementação bem-sucedida em escala.

A análise foi estruturada em torno de seis domínios-chave, nomeadamente: quadros políticos e jurídicos, capacidade financeira, disposições institucionais, coordenação multisectorial, participação comunitária, processos de aquisição e cadeia de abastecimento, programação sensível à nutrição e sistemas de monitorização de dados.

4. ANTECEDENTES E CONTEXTO

4.1. DEFINIÇÃO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR LOCAL

Na sua essência, a Alimentação Escolar Local incorpora uma visão de sustentabilidade, equidade e nutrição. Engloba um modelo de alimentação escolar concebido para fornecer às crianças refeições nutritivas de origem local, promovendo não só o seu bem-estar físico, mas também a vitalidade das economias locais e dos sectores agrícolas. Esta abordagem defende o empoderamento dos pequenos agricultores, ao mesmo tempo que nutre as mentes e os corpos das gerações futuras (FAO e PAM, 2018).

4.2. UMA BREVE HISTÓRIA DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NA REGIÃO DA CEDEAO

Os programas de HGSF surgiram como instrumentos vitais para abordar a desnutrição, melhorar os resultados educacionais e promover o desenvolvimento agrícola local em toda a região da CEDEAO. Este cronograma (ver cronograma na página 9) destaca os principais marcos e desenvolvimentos na evolução das iniciativas do HGSF nos países da CEDEAO, traçando a jornada desde a adoção inicial até aos programas nacionais e implementações conjuntas com parceiros internacionais.

A história do HGSF na região da CEDEAO é caracterizada por uma abordagem multifacetada, alavancando quadros regionais, parcerias e compromissos governamentais para promover a educação, a nutrição e o desenvolvimento agrícola. A Estratégia Continental de Educação para África (CESA) da União Africana proporcionou um quadro fundamental, alinhando as iniciativas do HGSF com objectivos de desenvolvimento continental mais amplos.

Ao longo dos anos, os Chefes de Estado africanos reconheceram o potencial do HGSF não só para melhorar o acesso à educação, mas também para estimular as economias locais e promover a agricultura dos pequenos agricultores. Este reconhecimento levou à criação do Dia Africano da Alimentação Escolar e à formação de comissões multidisciplinares para facilitar a implementação do HGSF.

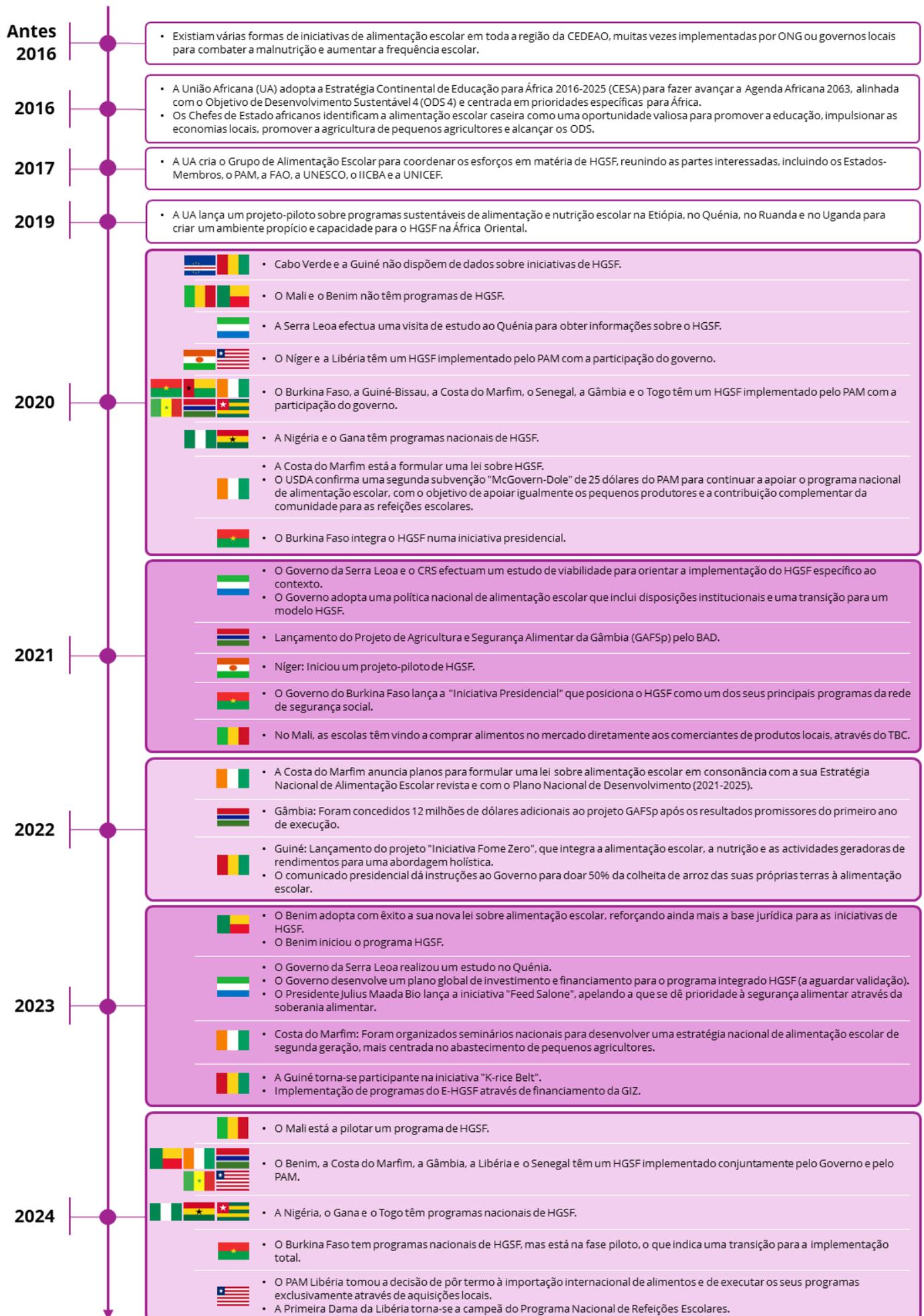
As parcerias com organizações como o Programa Alimentar Mundial (PAM), a FAO e a UNICEF desempenharam um papel crucial na expansão dos programas de HGSF, particularmente em países onde a capacidade e os recursos do governo eram limitados. No entanto, tem havido uma transição gradual para programas de âmbito nacional, com países como a Nigéria, o Gana e o Togo a assumirem a liderança no estabelecimento de iniciativas abrangentes de HGSF integradas nas políticas nacionais e nos quadros legais.

Desenvolvimentos recentes sublinham uma mudança para implementações conjuntas entre governos e parceiros internacionais, com o objetivo de aumentar a sustentabilidade e a eficácia do programa. O projeto-piloto do Mali de um programa de HGSF e a integração do HGSF do Burkina Faso numa iniciativa presidencial exemplificam os esforços em curso para expandir e institucionalizar as iniciativas de alimentação escolar.

À medida que os países continuam a enfrentar desafios e a aproveitar oportunidades, o HGSF continua a ser uma pedra angular para o avanço da educação, da nutrição e do desenvolvimento agrícola, com o potencial de transformar a vida de milhões de crianças em toda a África Ocidental.



4.3. EVOLUÇÃO DO HGSF NA REGIÃO DA CEDEAO



5. FACTORES QUE INFLUENCIAM A EFICÁCIA DO HGSF

5.1. MACRO FACTORES QUE INFLUENCIAM A EFICÁCIA DO HGSF NA REGIÃO DA CEDEAO

A África Ocidental abrange uma paisagem diversificada, que se estende do Sahel ao Golfo da Guiné, incluindo países como o Senegal, Mali, Burkina Faso, Níger, Benim, Costa do Marfim e Nigéria, entre outros. Esta região, com os seus 442 milhões de habitantes, assiste a um rápido crescimento económico e demográfico. Apesar dos progressos no acesso à educação ao longo dos anos, 80% das crianças de 10 anos da África Ocidental e Central não sabem ler nem compreender um texto simples e mais de 32 milhões de crianças continuam fora da escola, a maior percentagem de todas as regiões do mundo. Mesmo antes da pandemia, o mundo já estava a viver uma crise de aprendizagem. Se quisermos enfrentar este desafio global, temos de nos concentrar na África Ocidental e Central, uma região com 500 milhões de pessoas e que conta com a população mais jovem do mundo (Banco Mundial, 2022).

É de salientar que, até 2050, prevê-se que os jovens africanos com menos de 35 anos ultrapassem os mil milhões, constituindo 75% da população jovem do continente. Apesar dos progressos nas taxas de inscrição no ensino primário e secundário, a África Ocidental e Central continua a debater-se com baixos níveis de literacia entre as crianças, sendo que 8 em cada 10 não conseguem ler textos básicos até aos 10 anos de idade. Este défice educativo perpetua as elevadas taxas de abandono escolar e limita a mobilidade social, agravando os desafios na criação de uma mão de obra qualificada.

A luta de África para aproveitar o seu potencial de capital humano é evidente, com os países subsarianos a utilizarem apenas 55% deste recurso. O Índice de Capital Humano (ICH) da África Ocidental tem uma média de 0,35, substancialmente abaixo da média global de 0,57. Além disso, a região está a enfrentar uma escalada dos impactos das alterações climáticas, com temperaturas a aumentar mais rapidamente do que a média global, levando a secas recorrentes, inundações e padrões de precipitação erráticos. Estas alterações ambientais afectam fortemente os meios de subsistência dependentes da agricultura, exacerbando a insegurança alimentar agravada por conflitos, perturbações económicas globais, como a guerra Rússia-Ucrânia, e os efeitos persistentes da pandemia de COVID-19.

A atual crise de insegurança alimentar é exacerbada pela subida dos preços dos produtos alimentares e pela inflação monetária em toda a região, o que conduz a um aumento previsto do número de pessoas com fome para 49,5 milhões em meados de 2024. Os preços dos produtos de base aumentaram, devido a vários factores como a inflação, os elevados custos de transporte e as restrições ao fluxo de produtos agro-pastoris. Consequentemente, a acessibilidade dos agregados familiares a regimes alimentares nutritivos é severamente limitada, contribuindo para a desnutrição aguda das crianças com menos de cinco anos e das mulheres grávidas, em especial nas zonas afectadas por conflitos, como o norte do Mali, o noroeste da Nigéria e o Burkina Faso.

A resposta a estes desafios multifacetados exige esforços concertados, incluindo investimentos na recuperação de terras, no desenvolvimento de cadeias de valor e na garantia de uma educação ininterrupta para as crianças, que representam a futura liderança da região. Os programas de alimentação escolar caseira oferecem uma via promissora para proporcionar acesso a sistemas essenciais de protecção social, ajudando, em última análise, as comunidades vulneráveis a satisfazer as suas necessidades básicas e a promover o desenvolvimento sustentável.

5.2. IMPACTO NO MEIO DE DESAFIOS

Apesar dos desafios colocados pela pandemia da COVID-19, os países da CEDEAO mantiveram-se firmes no seu compromisso com os programas do HGSF. Atualmente, 22,4 milhões de crianças em toda a região beneficiam de refeições escolares, marcando a maior cobertura em África. No entanto, a análise regional indica que a cobertura varia, com 38% das crianças do ensino primário matriculadas nas escolas a receberem refeições escolares a partir de 2022.

Em geral, a expansão abrangente dos programas do HGSF na região da CEDEAO sublinha o compromisso de garantir a segurança alimentar e o acesso à educação para as crianças, ao mesmo tempo que destaca a necessidade de esforços contínuos para enfrentar os desafios e melhorar ainda mais a cobertura. Para uma análise detalhada e uma representação visual das tendências de cobertura do HGSF, consultar as figuras 3 e 4 na página 12.



6. ANÁLISE DO PANORAMA ACTUAL

6.1. VISÃO GERAL DO CENÁRIO ATUAL DE HGFS

Desde a última avaliação em 2020, o panorama dos programas do HGFS na região da CEDEAO sofreu uma evolução notável. Aqui, apresentamos uma análise comparativa das tendências observadas, destacando os principais desenvolvimentos e desafios em toda a região.

Expansão dos programas de HGFS

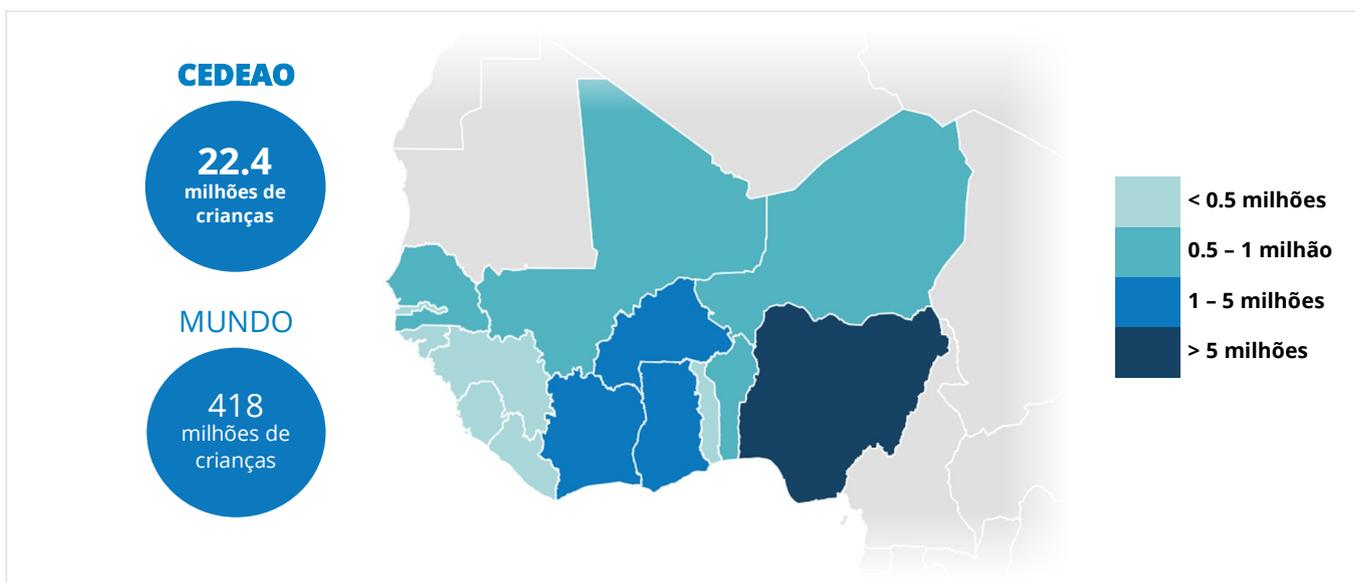
Até à presente revisão, todos os 15 países da CEDEAO adoptaram programas de HGFS, assinalando um marco significativo nos esforços regionais para garantir a segurança alimentar e o acesso à educação para as crianças. Enquanto o programa do Mali permanece na sua fase piloto, o Benim, a Libéria e a Serra Leoa integraram iniciativas de FSSG nas suas

estratégias nacionais de alimentação escolar, demonstrando um reconhecimento crescente da importância das refeições de origem local nos programas de alimentação escolar.

Tendências da cobertura do HGFS nos países da CEDEAO

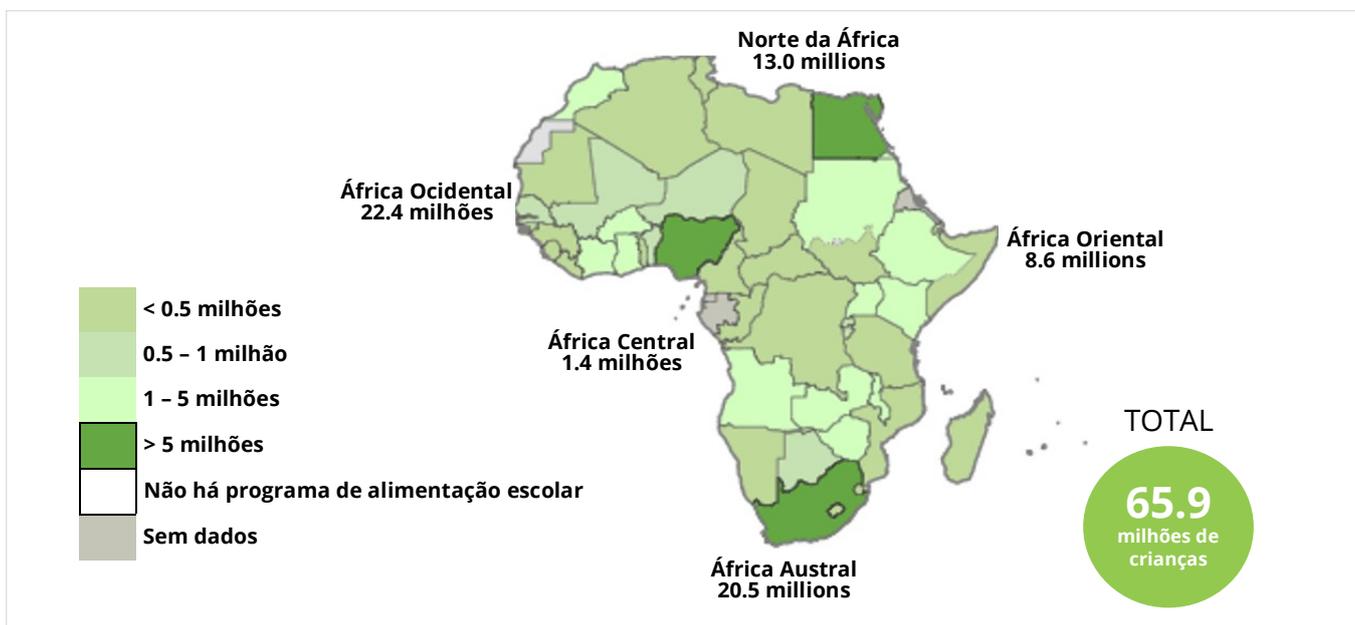
A expansão dos programas do HGFS na região da CEDEAO traduziu-se em benefícios tangíveis para milhões de crianças. Com 22,4 milhões de crianças nos países da CEDEAO a receberem refeições escolares, esta região lidera África com o maior número de beneficiários. De facto, dos 65,9 milhões de crianças que receberam refeições escolares a nível mundial em 2022, os países da CEDEAO representaram uma parte significativa, 34% [[WFP State of School Feeding Worldwide 2022](#)].

Figura 1: Crianças que recebem refeições escolares na região da CEDEAO



Fonte: WFP State of School Feeding Worldwide 2022 com base nos dados do inquérito GCNF 2021

Figura 2: Crianças que recebem refeições escolares em África



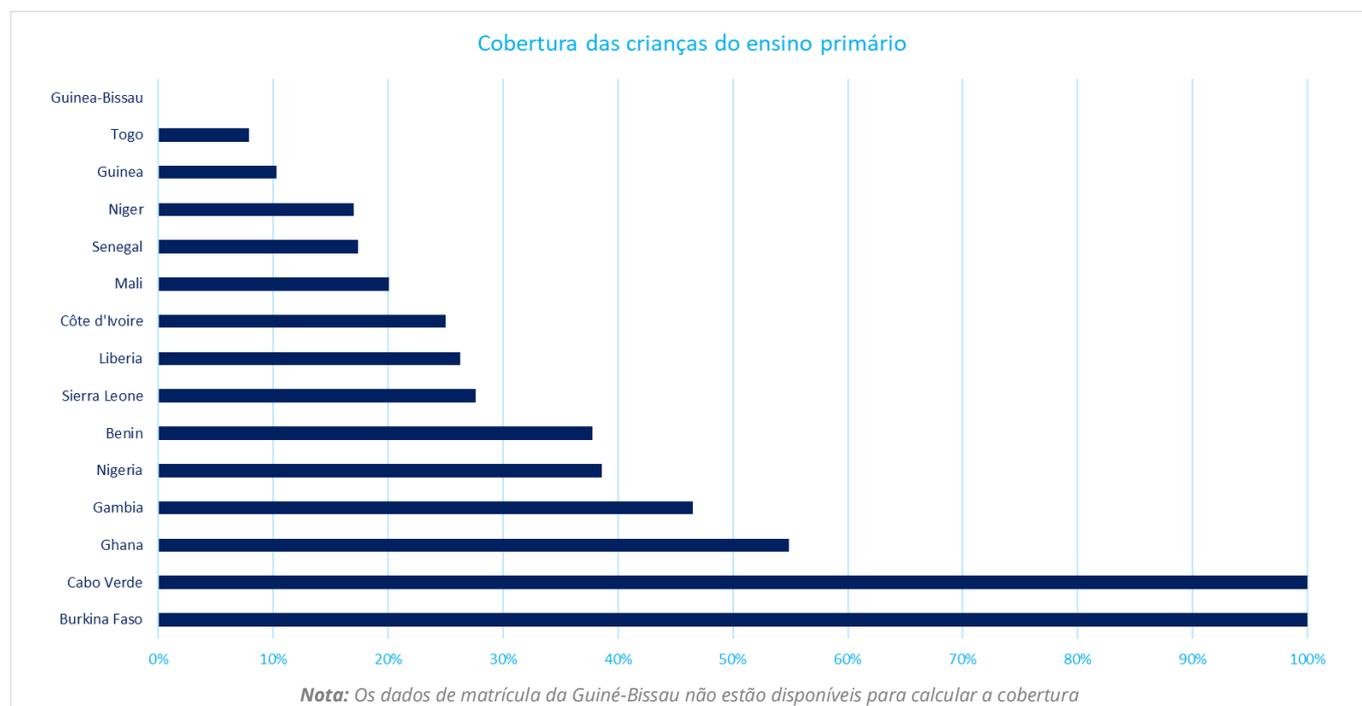
Fonte: WFP State of School Feeding Worldwide 2022 com base nos dados do inquérito GCNF 2021

Figura 3: Crianças que recebem refeições escolares na região da CEDEAO entre 2020 e 2022 (valores em milhares)

| País | Número de crianças beneficiárias de cantinas escolares 2020 | Número de crianças beneficiárias de cantinas escolares 2022 | Diferença entre os 2 anos |
|---------------|-------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------|---------------------------|
| Nigéria | 9.830 | 9.887 | 57 |
| Burkina Faso | 3.864 | 3.690 | - 174 |
| Ghana | 1.700 | 3.448 | 1.748 |
| Cote d'Ivoire | 976 | 1.024 | 48 |
| Sierra Leone | 836 | 486 | - 350 |
| Senegal | 588 | 588 | - |
| Mali | 515 | 581 | 66 |
| Benin | 460 | 835 | 375 |
| Guinea | 375 | 219 | - 156 |
| Liberia | 287 | 278 | - 9 |
| Niger | 193 | 613 | 419 |
| Guinea-Bissau | 178 | 225 | 47 |
| Gambia | 165 | 261 | 96 |
| Togo | 91 | 133 | 42 |
| Cabo Verde | 3 | 85 | 82 |

Fonte: WFP State of School Feeding Worldwide 2022 com base nos dados do inquérito GCNF 2021

Figura 4: Cobertura dos programas de refeições escolares na CEDEAO (por país)



Fonte: WFP State of School Feeding Worldwide 2022 com base nos dados do inquérito GCNF 2021

Uma análise mais aprofundada das tendências de cobertura do HGSF na região da CEDEAO revela uma paisagem diversificada de progressos e desafios:

- Alguns países demonstraram uma melhoria significativa da cobertura, como o Gana, que duplicou a sua cobertura, e Cabo Verde, que registou um aumento substancial.

- Por outro lado, outros registaram declínios ou alterações marginais na cobertura, como se verificou no Burkina Faso, Guiné, Libéria e Serra Leoa .

Estas variações realçam os diversos desafios e sucessos encontrados na expansão da cobertura do programa de alimentação escolar na região.

6.2. COLABORAÇÃO ENTRE O GOVERNO E OS PARCEIROS NA EXPANSÃO DOS PROGRAMAS DE HGSF

As colaborações entre os governos nacionais e vários parceiros têm sido fundamentais para a expansão e implementação dos programas do HGSF na região da CEDEAO. Estas parcerias realçam a importância da cooperação internacional e do apoio na abordagem dos desafios da segurança alimentar e da educação. Nomeadamente, os esforços conjuntos entre os governos e as organizações parceiras, incluindo, mas não se

limitando ao PAM, facilitaram o estabelecimento e a expansão das iniciativas do HGSF em vários países.

Estas colaborações sublinham o compromisso coletivo de garantir a segurança alimentar e o acesso à educação para as crianças, alavancando a experiência e os recursos de entidades governamentais e não governamentais. Ao trabalharem em conjunto, os governos e os parceiros podem efetivamente enfrentar os desafios complexos associados à implementação de programas de HGSF e maximizar o seu impacto nas comunidades e nas crianças em toda a região da CEDEAO.

Figura 5: Dados do inquérito sobre a implementação e gestão do HGSF na África Ocidental



Source: Dados do inquérito por país da ECOWAS (outubro de 2023)

6.3. ANÁLISE COMPARATIVA DOS PAÍSES DA REGIÃO DA CEDEAO EM SEIS DOMÍNIOS DESDE 2020

Nesta secção, iniciamos uma análise comparativa dos países da região da CEDEAO em seis domínios desde 2020, a data do último relatório. Estes domínios incluem:

- Quadros políticos e jurídicos
- Capacidade financeira
- Coordenação e disposições institucionais
- Participação comunitária
- Programação sensível à nutrição e iniciativas complementares
- Sistemas de dados e de controlo.

Através desta análise exaustiva, pretendemos elucidar a dinâmica em evolução, os desafios e as melhores práticas no domínio do HGSF, oferecendo informações valiosas aos decisores políticos, profissionais e partes interessadas empenhados em fazer avançar as agendas da educação, da nutrição e do desenvolvimento sustentável.

6.4. QUADROS POLÍTICOS E JURÍDICOS

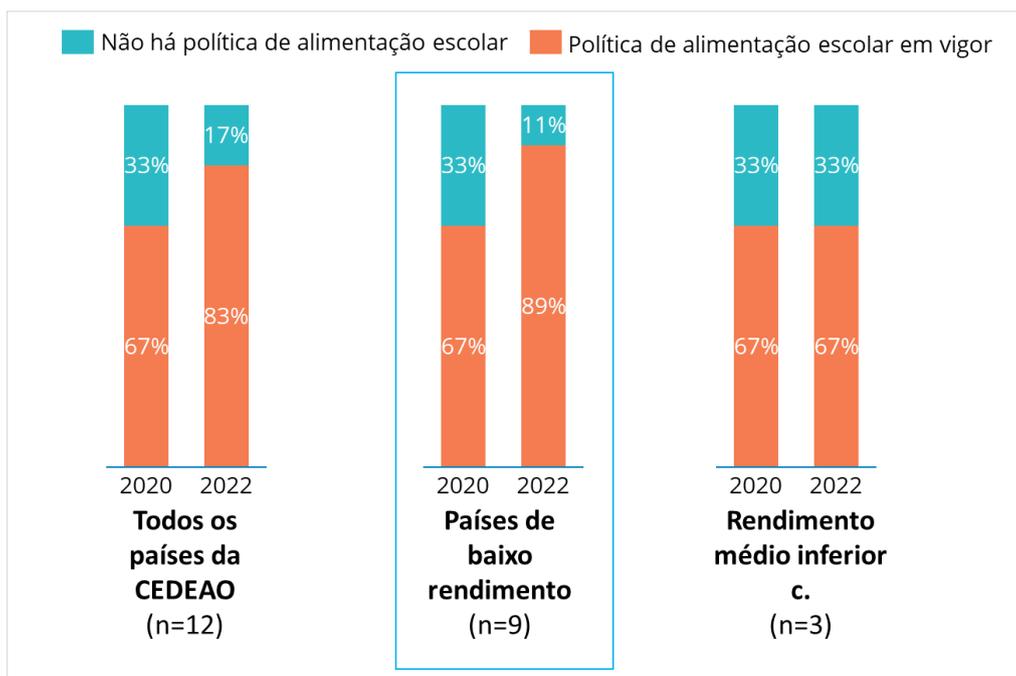
Um ambiente político de apoio e uma forte vontade política são fundamentais para o sucesso da implementação de programas de HGSF. Esses elementos sinalizam o nível de importância que os governos dão às iniciativas de alimentação escolar, marcando um passo crucial para garantir sua sustentabilidade. Desde janeiro de 2016, na 26ª Cimeira da União Africana (Assembly/AU/Dec.589(XXVI)), os Chefes de Estado e de Governo Africanos decidiram que cada dia 1 de março seria o Dia Africano da Alimentação Escolar. A AUDA-NEPAD, como agência de desenvolvimento da UA, apoiou muitos governos africanos a incluir a Alimentação Escolar Caseira nas suas políticas, estratégias e leis nacionais como uma iniciativa importante que contribui para a erradicação da fome e da desnutrição utilizando o quadro do CAADP (Relatório Bienal da União Africana sobre Alimentação Escolar Local 2019-2020).

Quando os governos adotam leis ou políticas especificamente voltadas para o HGSF, isso demonstra seu compromisso e priorização, alinhando essas iniciativas com planos e objetivos de desenvolvimento nacional mais amplos. De acordo com um estudo recente da FAO (FAO, 2018), cerca de 80% dos países da África Subsaariana tiveram experiência com alimentação escolar em algum nível. No entanto, vários desafios são encontrados ao nível da implementação, e a transição para o HGSF carece de uma implementação sistemática. Os instrumentos políticos utilizados para apoiar o desenvolvimento agrícola giram em torno da procura estruturada, gerada através de contratos públicos para abrir mercados e promover o desenvolvimento económico dos pequenos agricultores (SHF) (Sumberg e Sabates-Wheeler, 2011).

A incorporação de programas do HGSF num contexto legal e político, ou a sua integração em estratégias nacionais, clarifica as responsabilidades institucionais, delinea mecanismos de coordenação multisectorial e promove a participação das partes interessadas. Além disso, conduz frequentemente a dotações orçamentais específicas. É necessário um ambiente propício, incluindo políticas, estratégias e quadros legais, para desenvolver e implementar programas e iniciativas eficazes de HGSF em toda a África ([African Union Biennial Report on Homegrown School Feeding 2019-2020](#)).

A análise comparativa entre 2020 e o presente revela mudanças notáveis nas políticas e nos quadros legais dos países africanos. Em 2020, o Togo, São Tomé e Príncipe e a Guiné-Bissau tinham promulgado leis sobre Alimentação Escolar Cultivada em Casa, enquanto o Gana e o Mali estavam a rever as suas. As políticas sobre Alimentação Escolar Cultivada em Casa estavam presentes nos Camarões, Chade, Benim, Guiné-Conacri, Gana, Costa do Marfim, Mauritânia, Senegal, Libéria, Burkina Faso, Gâmbia e Mali (Relatório Bienal da União Africana sobre Alimentação Escolar Cultivada em Casa 2019-2020).

Figura 6: Existência de uma política de refeições escolares na região da CEDEAO (por categoria de rendimento)

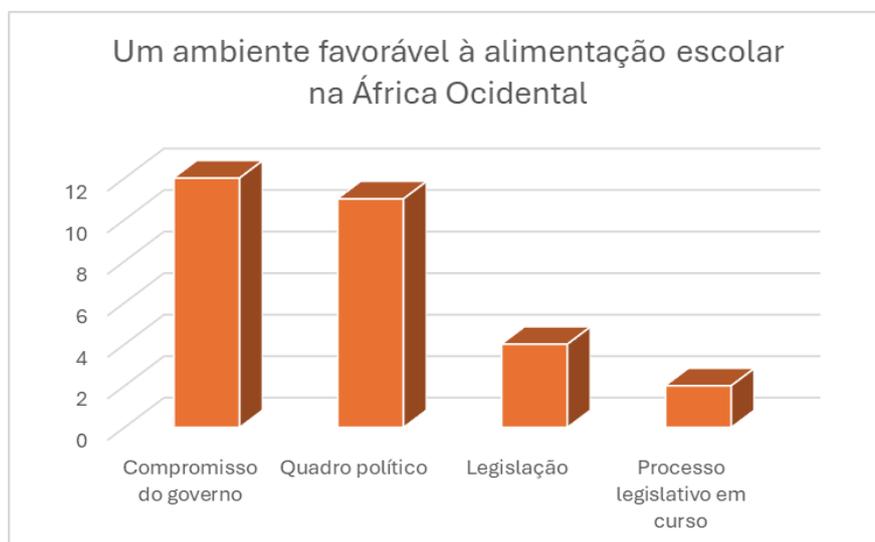


Source: WFP State of School Feeding Worldwide 2022 com base nos dados do inquérito GCNF 2021

Apesar desta dinâmica positiva, existe uma lacuna notável entre a formulação de políticas e a promulgação de leis específicas sobre alimentação escolar. Embora muitos países reconheçam o compromisso governamental com a alimentação escolar, apenas alguns promulgaram leis específicas para a alimentação escolar

ou HGSF. Essa lacuna revela a necessidade de maiores esforços para traduzir as estruturas políticas em estatutos legais concretos, fortalecendo assim a aplicabilidade e a institucionalização das iniciativas de HGSF.

Figura 7: Resultados do inquérito sobre os factores que contribuem para um ambiente propício à alimentação escolar na região da CEDEAO.



Source: Dados do inquérito por país da ECOWAS (outubro de 2023)

Exemplos da África Ocidental destacam os esforços para fortalecer as bases legais dos programas de alimentação escolar:

- Benim: Em 2021, o Benim avançou com o seu Programa Nacional Integrado de Alimentação Escolar (PNASI), iniciando o desenvolvimento de uma nova lei de alimentação escolar sob a liderança de H.E Salimane Karimou, Ministro da Educação Infantil e Primária. Através de esforços de colaboração, incluindo comités interministeriais e consultas públicas, a lei foi adoptada com sucesso em 2023, reforçando a sustentabilidade do programa.
- Costa do Marfim: Alinhada com a sua Estratégia Nacional de Alimentação Escolar revista e o Plano Nacional de Desenvolvimento (2021-2025), a Costa do Marfim anunciou planos em 2022 para formular uma lei de alimentação escolar. Esta abordagem abrangente concentra-se no aumento da produção local de alimentos, no envolvimento da comunidade e em mudanças estratégicas para fortalecer o programa de alimentação escolar, com o objetivo de fornecer uma refeição quente a todos os alunos até 2025.
- Gana: O percurso do Gana no sentido de validar a sua Lei da Alimentação Escolar ilustra um processo iterativo de desenvolvimento de políticas informado por análises de custo-benefício e lições da pandemia da COVID-19. Espera-se que o processo de revisão exaustiva conduza à eventual promulgação da lei, solidificando a base jurídica do programa.
- Serra Leoa: Abraçando a alimentação escolar doméstica, a Serra Leoa adotou uma política de alimentação escolar em 2021 com o apoio do PMA. Essa abordagem orientada por políticas se alinha com a iniciativa governamental 'Feed Salone', com o objetivo de fazer a transição para 100% do HGFS, ampliando a implementação anualmente, alavancando a alimentação escolar como um catalisador para o desenvolvimento agrícola local e melhorando a nutrição das crianças em idade escolar.

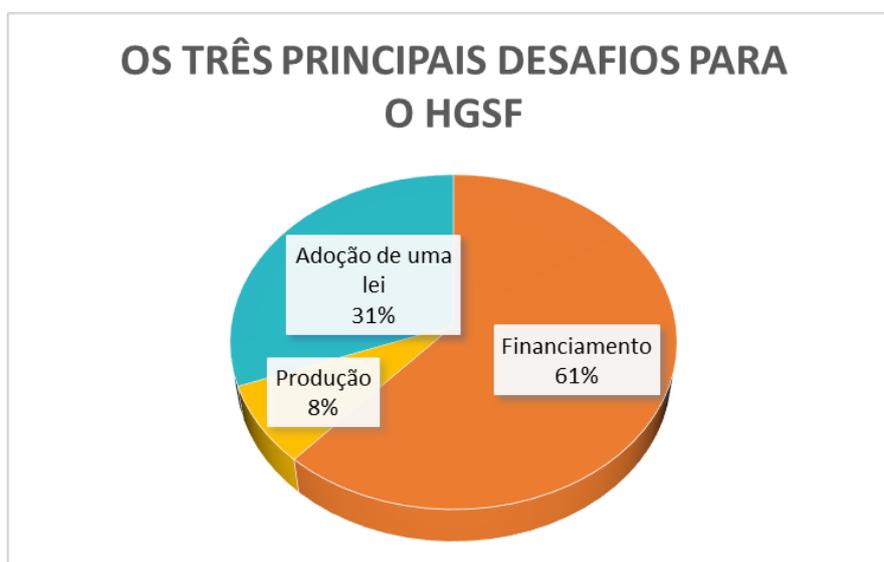
6.5. CAPACIDADE FINANCEIRA

A capacidade financeira é uma pedra angular para o sucesso dos programas do HGFS na África Ocidental, crucial para a sua qualidade, extensão e eficácia. É a base da sua apropriação e alinhamento com as prioridades nacionais e locais. Embora o estabelecimento de quadros políticos e legais demonstre o apoio inicial do governo ao HGFS, o verdadeiro teste decisivo reside na afetação de orçamentos governamentais a estes programas. As disposições orçamentais nacionais, especialmente as consagradas nas políticas ou nos quadros jurídicos, estão relacionadas com uma maior cobertura e longevidade dos programas. Tais compromissos financeiros são fundamentais para assegurar operações sustentadas do programa, evitando o desvio de fundos para outras necessidades prementes.

Nos últimos três anos (2020-2022), apesar de enfrentar várias crises globais, o investimento em programas de alimentação escolar na África Ocidental aumentou significativamente. A região viu um aumento no investimento de US\$ 450 milhões para US\$ 543 milhões, com impressionantes 84% do investimento actual proveniente de fontes domésticas. Em particular, os países de baixo rendimento aumentaram o seu financiamento interno para refeições escolares em 7 por cento, totalizando 89 milhões de dólares. Este aumento no investimento reflete uma tendência positiva no sentido de dar prioridade ao HGFS nos orçamentos nacionais, indicando um reconhecimento crescente da sua importância para a nutrição e educação das crianças.

No entanto, os desafios financeiros persistem e são apontados como uma preocupação significativa pelos Estados-Membros (Figura 8). Os resultados do inquérito indicam que 8 dos 13 países que responderam identificaram o financiamento como o seu principal desafio na implementação do HGFS. Outros quatro indicaram-no como o seu segundo maior desafio e um país como o seu terceiro. Globalmente, 35% dos inquiridos apontam o financiamento como uma questão prioritária que necessita de assistência. Estes desafios são exacerbados por crises globais inter-relacionadas, incluindo a inflação galopante, o aumento da dívida global e a redução dos padrões de vida, que complicam a batalha contra a fome e a desnutrição.

Figura 8: Os três principais desafios em matéria de HGFS identificados pelos inquiridos



Source: Dados do inquérito por país da ECOWAS (outubro de 2023)

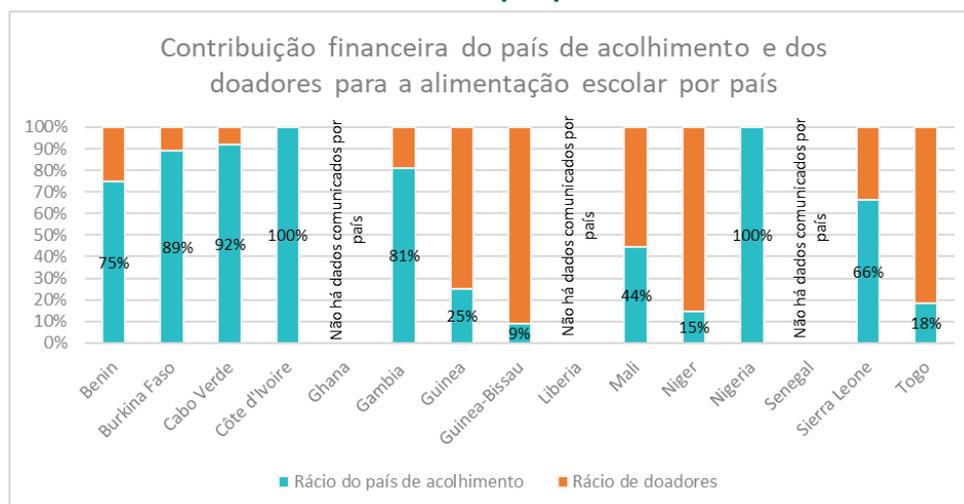
A confluência destas crises tem pressionado a economia mundial, empurrando milhões de pessoas ainda mais para a pobreza e reduzindo o espaço orçamental para os governos expandirem as iniciativas de proteção social. Em 2021, a pandemia de COVID-19 aumentou o défice orçamental para uma média regional de -6,4 por cento, obrigando os governos, especialmente em países com uma elevada dívida pré-existente, como Cabo Verde (157 por cento), Gana (81,8 por cento) e Senegal (73 por cento), a contrair empréstimos significativos. Além disso, foi registado um abrandamento do crescimento do PIB em 11 dos 15 países da África Ocidental em 2022. Os países de baixo rendimento também enfrentam potenciais problemas de dívida, com reembolsos de 436 milhões de dólares americanos entre 2022 e 2028.

Estas dificuldades financeiras implicam que os governos da África Ocidental não têm sido capazes de criar as condições necessárias para a implementação em grande escala do HGSF, apesar dos seus compromissos expressos. Por exemplo, na Serra Leoa, o HGSF emergiu como um programa emblemático nos últimos cinco anos, cobrindo 80% das escolas do país no orçamento de 2023, embora ainda dependa de doadores externos. Do mesmo modo, na Guiné, embora o apoio do

governo ao modelo do HGSF seja forte, o país continua a depender fortemente dos doadores devido aos desafios para garantir um financiamento sustentável. A Gâmbia aumentou o seu orçamento para o HGSF, mas o financiamento continua a ser insuficiente. Quase todos os países da região enfrentam problemas de financiamento inadequado e de dependência dos doadores para as suas iniciativas de alimentação escolar.

Estes desafios reflectem-se ainda no inquérito global da GCNF, que revela que o financiamento público dos países de baixo rendimento, incluindo a Gâmbia, a Guiné, a Guiné-Bissau, a Serra Leoa, a Libéria, o Mali, o Burkina Faso, o Togo e o Níger, atingiu uma média de 24%, a mais baixa de todos os grupos de rendimento. Os países de rendimento médio-baixo registam contribuições governamentais de 74%. De facto, os relatórios revelaram que, nos países de baixo rendimento, a maior parte do financiamento provinha de fontes internacionais - um fator que era muito inferior nas outras categorias de rendimento. Predominantemente, o financiamento dos programas do HGSF é uma mistura de fontes dos doadores e do país de acolhimento, exceto na Nigéria e no Benim, que dependem inteiramente do financiamento do país de acolhimento, e na Serra Leoa, totalmente financiada por doadores externos.

Figura 9: Rácio da contribuição financeira do país anfitrião e dos doadores para a alimentação escolar por país



Source: WFP State of School Feeding Worldwide 2022 com base nos dados do inquérito GCNF 2021

Em conclusão, embora alguns países da África Ocidental demonstrem um compromisso louvável com o HGSF, as restrições financeiras impedem a expansão e a sustentabilidade destes programas. A resolução destes desafios exige esforços de colaboração entre governos, organizações internacionais e outras partes interessadas para mobilizar recursos de forma eficaz e garantir o acesso equitativo a refeições nutritivas para todas as crianças em idade escolar na região.

6.6. COORDENAÇÃO E DISPOSIÇÕES INSTITUCIONAIS

Um programa de HGSF bem-sucedido exige que os decisores políticos considerem vários aspectos durante as fases de planeamento e implementação (FAO e PAM, 2018). No seu estudo mais recente, o PAM-CERFAM concluiu que um mecanismo de coordenação eficaz é fundamental durante o planeamento dos programas do HGSF. Por conseguinte, a nível nacional, as partes interessadas devem realizar mais avaliações, assegurar que as considerações de género sejam incluídas no

planeamento e estabelecer mecanismos para melhorar o envolvimento do governo a longo prazo no processo (CERFAM, 2020).

Um dos maiores desafios enfrentados pelos governos em África é a falta de coordenação do HGSF entre as várias partes interessadas. Um programa eficaz de HGSF requer o envolvimento de diferentes actores de diferentes sectores para trazerem os seus conhecimentos e experiência para o planeamento e implementação do programa. Além disso, um grupo de trabalho técnico operacional, que inclua membros de todas as instituições relevantes do governo, reforça a coordenação a nível institucional. Além disso, é essencial que o HGSF seja integrado em todos os níveis das políticas e quadros sectoriais para permitir que os países demonstrem o grande interesse e o valor acrescentado do HGSF. Isto permitirá o estabelecimento de competências e capacidades técnicas e possibilitará uma comunicação clara através de acções conjuntas, planeamento de objectivos e medição do desempenho através de indicadores e resultados acordados.

O objetivo de uma capacidade institucional e de uma coordenação eficazes consiste em desenvolver quadros institucionais sólidos e estruturas de gestão e de responsabilização. Em particular, é essencial a identificação de uma instituição mandatada e responsável pela execução do programa de alimentação escolar. Para tal, é necessário que a instituição setorial identificada disponha de uma unidade específica, dotada de um quadro de pessoal adequado com uma série de competências que vão desde a alimentação e a nutrição, à agricultura e ao desenvolvimento rural, aos contratos públicos, ao acompanhamento e à avaliação, à defesa de causas e à comunicação.

Exemplos

No Burkina Faso, a iniciativa presidencial "Assurer à chaque enfant en âge scolaire, au moins un repas équilibré par jour" visa fornecer refeições equilibradas a todas as crianças em idade escolar, demonstrando esforços inovadores de proteção social (FAO, 2021). Lançada em 2021, a iniciativa reflecte o compromisso do governo em erradicar a fome através da melhoria da agricultura e da gestão eficiente das cantinas escolares.

No Benim, a Unidade Presidencial de Monitorização da Alimentação Escolar foi criada para agilizar a execução do programa, trabalhando com os ministérios relevantes para supervisionar a gestão e a tomada de decisões (UNICEF, 2020).

A Serra Leoa utiliza uma abordagem descentralizada com comités interministeriais e reuniões de grupos de trabalho

Burkina Faso: Iniciativa presidencial fornece refeições equilibradas a todas as crianças em idade escolar

A iniciativa visa 9.000.000 de crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 18 anos e visa também indiretamente os produtores e os transformadores de alimentos. Todos os anos, o Burkina Faso afecta cerca de 19 mil milhões de FCFA (aproximadamente 31 milhões de dólares) para a aquisição de alimentação escolar. No entanto, tem havido desafios na gestão dos recursos e houve casos em que as crianças não receberam refeições escolares ao longo do ano. Apesar destes desafios, a iniciativa já está a contribuir para melhorar as matrículas e o desempenho escolar. Em algumas escolas, as taxas de matrícula passaram de 30% antes do programa para 60% em 2022, enquanto as taxas de sucesso no Certificado do Ensino Básico (CEPE) subiram de 29% para 65% em 2022.

técnicos. A iniciativa intersectorial "Monitorização e Aprendizagem" do Ministro da Educação promove o conhecimento dos desafios e das áreas de cooperação (FIDA, 2021).

A Gâmbia introduziu um sistema de coordenação de dois níveis com comités nacionais e regionais, recentemente revitalizado pela colaboração com o projeto financiado pelo Banco Africano de Desenvolvimento. Este facto sublinha a necessidade de soluções de coordenação duradouras e enfatiza o papel de todos os ministérios nos programas do HGSF (Banco Mundial, 2023).

6.7. PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

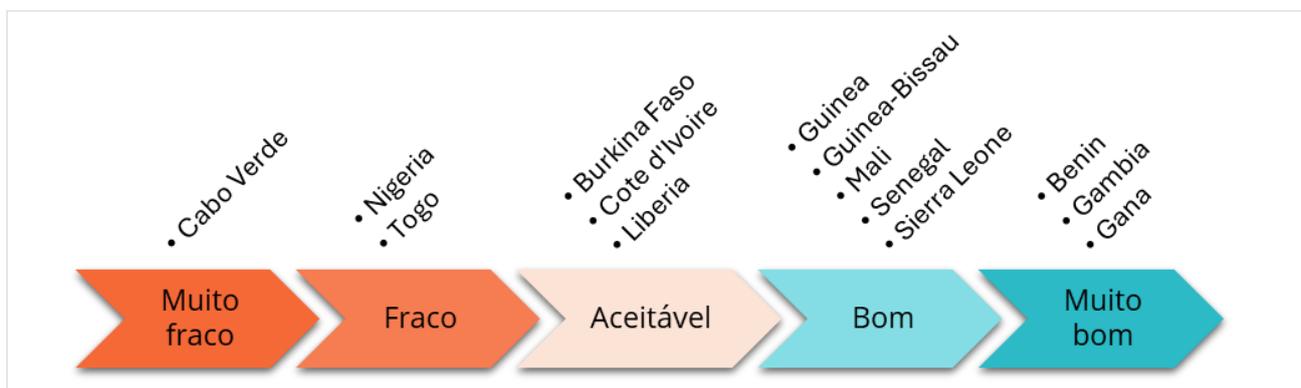
6.7. Participação comunitária

A participação da comunidade engloba o envolvimento dos membros da comunidade nas operações quotidianas e na supervisão dos programas de alimentação escolar. Este envolvimento pode ir desde o fornecimento de géneros alimentícios e a confeção de alimentos até à monitorização, elaboração de relatórios e contribuições financeiras ou em espécie. Os programas que promovem uma forte apropriação e responsabilização por parte da comunidade têm mais probabilidades de serem sustentáveis e, eventualmente, de

transitarem para a apropriação por parte do governo. Além disso, quando as comunidades são capacitadas e participam ativamente nestes programas, observam-se normalmente melhores resultados.

Em toda a região da CEDEAO, existem várias formas de envolvimento da comunidade, cada uma delas ilustrando o papel que a escola e a comunidade desempenham no quadro do HGSF. Os dados dos inquéritos indicam que a participação da comunidade é geralmente classificada como aceitável ou boa, sendo muito poucos os países que referem níveis fracos de envolvimento.

Figura 10: Respostas ao inquérito sobre o nível de participação comunitária nos países



No Benim, há uma mobilização comunitária notável, com os membros a participarem ativamente em todos os aspectos das operações da cantina escolar. As comunidades contribuem não só cozinhando, mas também fornecendo alimentos frescos das hortas comunitárias e fazendo contribuições financeiras. Alguns membros da comunidade organizam-se mesmo para fornecer o pequeno-almoço às crianças, reconhecendo o impacto significativo das refeições escolares.

A Gâmbia apresenta um elevado nível de participação da comunidade, mandatada pelo governo através da exigência de que cada escola com programas de HGSF estabeleça um Comité de Gestão Alimentar (FMC). Este comité inclui pais, professores, membros da comunidade e representantes eleitos dos alunos, sendo os papéis de liderança frequentemente desempenhados pelos pais para garantir que a tomada de decisões beneficia diretamente os seus filhos.

Este envolvimento promove um sentido de responsabilidade e de apropriação, crucial para a sustentabilidade destes programas.

A participação comunitária do Senegal é considerada muito boa, com contribuições significativas da comunidade, tanto financeiras como em géneros. Os pais contribuem mensalmente com 200 XOF (0,33 cêntimos de USD) por criança, assegurando que nenhuma criança seja excluída do recebimento de refeições devido a restrições financeiras. De forma notável, os cozinheiros de cozinha no Senegal oferecem os seus serviços como voluntários, movidos por um sentido de dever para com as crianças da sua comunidade.

Na Serra Leoa, o Secretariado Nacional de Alimentação Escolar do Ministério do Ensino Secundário Básico e Superior (MBSSE) promove a participação da comunidade no início de cada ano letivo através de esforços de sensibilização. Todas as escolas são encorajadas a ter um Comité de Gestão Escolar para assegurar o envolvimento ativo da comunidade, identificado como um fator chave de sucesso.

A Guiné-Bissau enfrenta uma disparidade na participação da comunidade entre as zonas urbanas e rurais, com comités de gestão escolar mais activos nas comunidades rurais ou mais pequenas. Inversamente, na Costa do Marfim, a participação da comunidade é mais elevada nas grandes cidades, como Abidjan, onde os pais contribuem financeiramente todos os semestres, enquanto as comunidades rurais enfrentam desafios em termos de contribuições financeiras ou em espécie, agravados pela falta de confiança entre a comunidade e a direcção.

Os resultados dos inquéritos indicam que o Benim, a Gâmbia e o Gana têm níveis muito bons de participação comunitária; a Guiné, a Guiné-Bissau, o Mali, o Senegal e a Serra Leoa registam bons níveis; o Burkina Faso, a Costa do Marfim e a Libéria têm níveis aceitáveis; e a Nigéria e o Togo são conhecidos por terem níveis muito baixos de participação comunitária.

6.8. AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS E CADEIA DE ABASTECIMENTO

Um aspeto essencial do HGSF é fazer a ponte entre o lado da oferta (agricultores) e o lado da procura (escolas/crianças). Isto implica a obtenção, a compra, a transformação e a entrega de produtos alimentares através de uma rede que inclui fornecedores, transformadores, transportadores e distribuidores, desde a exploração agrícola diretamente até à escola. A cadeia de abastecimento pode incluir diferentes graus de agregação, transformação e controlo de qualidade, adaptados ao tipo e à

diversidade dos produtos alimentares. As abordagens de aquisição podem variar, incluindo compras directas a pequenos agricultores, cooperativas, mercados locais ou através de operadores terceiros, empregando modelos centralizados, descentralizados ou híbridos. Cada modelo, adaptado aos contextos e capacidades específicos de cada país, oferece vantagens e desafios distintos.

A literatura sugere que o HGSF pode beneficiar significativamente os sistemas alimentares locais, melhorando a capacidade dos agricultores familiares e o acesso aos mercados, criando assim maiores oportunidades de geração de renda, especialmente para mulheres e jovens (IFPRI, 2017; FAO et al., 2021; Valencia et al., 2019; WFP, 2017). Estudos recentes enfatizam a importância de consolidar as evidências disponíveis e investir em análises quantitativas para medir os efeitos nos sistemas alimentares locais, nos pequenos agricultores e nas comunidades em geral (CIAT, 2023).

Um modelo centralizado é frequentemente utilizado para o fornecimento regular de alimentação escolar, normalmente envolvendo alimentos básicos secos e não perecíveis que podem ser armazenados e transportados a longas distâncias. Este modelo centraliza as aquisições a nível nacional ou, em casos não geridos pelo governo, uma única entidade pode adquirir grandes quantidades de alimentos, que são depois distribuídos aos centros regionais e, subsequentemente, às escolas. Por exemplo, na Costa do Marfim, a Direcção de Alimentação Escolar (DCS) do Ministério da Educação emite uma manifestação de interesse aos fornecedores. Os fornecedores seleccionados entregam os alimentos numa localização central em Abidjan, de onde são transportados para armazéns regionais antes de serem enviados para as escolas. O modelo de centralização oferece economias de escala, aumentando o poder de negociação e assegurando preços alimentares mais estáveis. Facilita a consistência da qualidade e da quantidade dos produtos alimentares e reduz os custos de transacção e os encargos administrativos. Além disso, minimiza os riscos de corrupção e de má gestão, consolidando a aquisição e a entrega através de uma única entidade. No entanto, este modelo também limita a participação das comunidades locais e dos pequenos agricultores, o que pode afetar a apropriação e a sustentabilidade do programa devido à sua abordagem descendente.

Em contrapartida, um modelo descentralizado permite a aquisição a nível regional, comunitário ou escolar, facilitada por estruturas governamentais descentralizadas ou diretamente por comités de refeições escolares, que podem incluir professores e membros da comunidade. Na Nigéria, por exemplo, as escolas compram diretamente aos pequenos agricultores locais, o que reduz significativamente os custos de transacção e garante que os alimentos frescos podem ser comprados e entregues nas escolas. Na Nigéria, 150.000 pequenos agricultores estão a beneficiar do programa. Antes da pandemia, 6 milhões de ovos de origem local e 80 TM (toneladas métricas) de peixe eram consumidos semanalmente por 9,2 milhões de crianças em idade escolar em todo o país. O Mali, onde 99% dos programas de alimentação escolar são implementados através de transferências monetárias (CBT) pelo PAM, o governo e outros actores, exemplifica esta abordagem. Espera-se que as comunidades gerenciem as atividades de alimentação escolar, mas muitas vezes não têm a capacidade necessária. Assim, estruturas descentralizadas do Ministério da Educação, como o Centre d'Animation Pedagogique (CAP), gerem a distribuição de dinheiro às escolas. Os SMCs compram então alimentos nos mercados locais, apoiando a

agricultura e a economia locais. O CAP e o PAM controlam as compras e a distribuição de alimentos, garantindo a integridade do programa. A Guiné aplica uma abordagem semelhante, utilizando dinheiro móvel para fornecer fundos aos comités comunitários para compras locais, reforçando a economia local.

A abordagem do Gana apresenta uma variação do modelo descentralizado, em que o programa é externalizado. O Ministério do Governo Local e do Desenvolvimento Rural desembolsa fundos às Assembleias Distritais, que, por sua vez, afectam esses recursos aos fornecedores de alimentos responsáveis pela aquisição, preparação e distribuição de alimentos nas escolas. Os fornecedores podem comprar diretamente aos pequenos agricultores, às cooperativas ou aos mercados. Este modelo gera empregos na comunidade, rendimento familiar e permite que as escolas se concentrem apenas nas actividades educativas. Os resultados preliminares de uma avaliação de impacto no Gana mostram um aumento de 33% nas vendas agrícolas e um forte aumento no rendimento das famílias em intervenções onde a alimentação escolar caseira foi implementada (Aurino et al., 2016). No entanto, atrasos nas transferências de fundos podem afetar a entrega atempada de refeições de qualidade.

A adoção de contribuições em dinheiro nos programas de alimentação escolar promove a diversificação da dieta dos alunos e tem um impacto positivo na economia local ao criar ligações entre pequenos agricultores ou retalhistas e as escolas. O modelo de CBT para a alimentação escolar demonstrou ser facilmente transferível para a gestão governamental. No entanto, o atraso no desembolso dos fundos pode levar a atrasos na entrega das refeições.

A aquisição de alimentos é cada vez mais vista como um meio de promover sistemas alimentares sustentáveis, melhorando o acesso a alimentos saudáveis e influenciando o comportamento dos consumidores. Também desenvolve cadeias de valor agrícolas, influenciando os padrões de produção. Embora exista um forte desejo de adquirir alimentos a nível local e de se tornarem auto-suficientes, muitos países da região enfrentam desafios no fornecimento e aquisição de alimentos. Por exemplo, na Libéria, os problemas com as unidades de conservação e transformação de alimentos, juntamente com medidas insuficientes de abastecimento alimentar, resultam frequentemente no facto de os alimentos chegarem às escolas em condições inadequadas. Uma avaliação do abastecimento alimentar realizada em julho de 2023 revelou que 84% dos agricultores identificaram a fase de transformação como o ponto mais provável de perda de alimentos, seguida do armazenamento.

Os resultados dos inquéritos e os dados qualitativos recolhidos mostram que o investimento nos pequenos agricultores e nas cooperativas é crucial, sobretudo para resolver os problemas de armazenamento e transformação. Isto inclui o fornecimento das ferramentas, equipamento e formação necessários para melhorar a sua capacidade. Além disso, o estado das estradas e das infra-estruturas básicas afecta significativamente o acesso ao mercado e as oportunidades económicas para os agricultores, conduzindo a perdas qualitativas e quantitativas de alimentos. As estradas e as infra-estruturas, enquanto parte da cadeia de abastecimento global, surgem como principais candidatos a investimento para reduzir as perdas pós-colheita e garantir a segurança alimentar.

De acordo com a FAO, cerca de 1,3 mil milhões de toneladas de alimentos, quase um terço dos alimentos produzidos a nível mundial para consumo humano, são perdidos ou desperdiçados todos os anos. A redução das perdas pós-colheita é fundamental para a segurança alimentar. O investimento governamental em instalações de armazenamento, tais como silos para cereais e arroz, armazéns e câmaras frigoríficas, pode beneficiar significativamente os agricultores e as cooperativas que abastecem as escolas ou os mercados, apoiando, em última análise, os objectivos dos programas HGPF.

A cadeia de abastecimento e as aquisições são vitais para o sucesso dos programas do HGPF, influenciando a qualidade, a quantidade e a diversidade das refeições escolares, bem como os meios de subsistência dos pequenos agricultores e a eficiência e eficácia da execução do programa.

6.9. PROGRAMAÇÃO SENSÍVEL À NUTRIÇÃO E INICIATIVAS COMPLEMENTARES

A programação sensível à nutrição e as iniciativas complementares desempenham um papel fundamental no reforço da eficácia dos programas do HGPF na África Ocidental. É imperativo que os alimentos fornecidos não sejam apenas de origem local, mas também nutritivos, de alta qualidade e preparados com rigorosa adesão às medidas de segurança alimentar. Esta abordagem abrangente vai para além da mera aquisição de alimentos e inclui o armazenamento, a confeção, o serviço e as condições gerais em que estas actividades decorrem. Devem existir directrizes e ferramentas para aplicar o planeamento e medidas que apoiem a adoção de hábitos saudáveis, tornando as escolas plataformas críticas para a integração de intervenções sensíveis à nutrição nas comunidades.

O impacto da integração de alimentos seguros, de qualidade e nutritivos nos programas do HGPF é significativo tanto para as crianças como para as comunidades em toda a região da CEDEAO. Enquanto os alimentos básicos como o arroz e o feijão dominam as aquisições, a inclusão de vegetais e frutas nas refeições escolares continua a ser limitada. No entanto, iniciativas como as hortas escolares apresentam uma solução multifacetada, enriquecendo o cabaz alimentar com alimentos de origem local, saudáveis e nutritivos. Estas hortas não só fornecem alimentos ricos em micronutrientes, como também servem de plataformas educativas onde as crianças e as comunidades aprendem sobre o valor de cultivar e consumir alimentos saudáveis.

O Senegal serve como um estudo de caso convincente, demonstrando os resultados positivos da integração de quintas comunitárias e hortas escolares nos programas HGPF. Apoiadas pela Counterpart International e financiadas pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), estas iniciativas melhoraram significativamente a aquisição de alimentos cultivados localmente e ricos em nutrientes, como a batata-doce e o feijão-mungo. Além disso, as hortas comunitárias funcionam como actividades geradoras de rendimentos, permitindo às escolas comprar alimentos frescos e locais numa escala necessária, resolvendo assim os desafios de armazenamento (Counterpart International).

Do mesmo modo, no Benim, projectos inovadores como a grande horta da Escola Primária Goulo-Sodji melhoraram a ingestão nutricional dos alunos, apoiando simultaneamente os custos operacionais da cantina escolar através da venda de frutos colhidos na horta. O Togo posicionou estrategicamente o HGSF como uma pedra angular da sua estratégia de proteção social, integrando hortas escolares e unidades avícolas em mais de 100 escolas. Estas iniciativas não só introduzem alimentos ricos em nutrientes na dieta dos alunos, como também incorporam práticas agrícolas inteligentes em termos climáticos para aumentar a produção de vegetais nas hortas escolares.

No entanto, persistem desafios na implementação de programas sensíveis à nutrição em toda a região. O desenvolvimento de ementas escolares e de directrizes alimentares, embora crucial, enfrenta obstáculos na implementação prática devido à escassez de financiamento, como se verifica em países como a Gâmbia (UNICEF). No entanto, estão a ser envidados esforços para enfrentar estes desafios, com países como o Gana a dar prioridade à educação nutricional das famílias da comunidade para promover hábitos alimentares saudáveis (Serviço de Saúde do Gana).

À medida que os programas de HGSF evoluem, há uma ênfase crescente na promoção de comportamentos positivos para além da nutrição, incluindo a lavagem das mãos e a desparasitação, para promover a saúde e o bem-estar geral das crianças. Além disso, as escolas estão a emergir como centros de ação e adaptação climática em países como a Serra Leoa e a Guiné, onde estão em curso esforços para educar as comunidades sobre as alterações climáticas e promover métodos de preparação de alimentos sensíveis ao clima (Programa Alimentar Mundial).

Em última análise, garantir a sustentabilidade dos programas de HGSF depende do acesso à energia, particularmente em regiões como a Guiné, onde a falta de eletricidade coloca desafios ao processamento e preservação dos alimentos. Iniciativas como o projeto Energizing Home-Grown School Feeding (E-HGSF), que integra soluções de energia renovável, representam avanços significativos no sentido de tornar os programas de HGSF mais sustentáveis e amigos do ambiente em toda a região (Programa Alimentar Mundial).

Aproveitamento de resíduos para um futuro sustentável: O poder dos biodigestores nas escolas do Togo

Os biodigestores são sistemas que decompõem os resíduos orgânicos, tais como restos de comida e estrume animal, em biogás e bio-slurry. O biogás pode ser utilizado como um combustível limpo e renovável para cozinhar, e o chorume biológico pode ser utilizado como um fertilizante rico e natural para as culturas. É, portanto, um método amigo do ambiente que pode poupar dinheiro e tempo em lenha e carvão, ambos caros e prejudiciais para o ambiente e para a saúde. Os biodigestores também podem ajudar a melhorar a qualidade e a quantidade de alimentos, utilizando os resíduos orgânicos como recurso e aumentando a produção agrícola. Trata-se, portanto, de uma tecnologia útil que pode apoiar os programas de alimentação escolar no Togo, fornecendo energia limpa, fertilizante orgânico e educação ambiental.

Os biodigestores ainda não são muito comuns nos programas de alimentação escolar do Togo, mas alguns projectos estão a tentar promover a sua utilização e os seus benefícios.

6.10. SISTEMAS DE DADOS E DE CONTROLO: REFORÇO DAS CAPACIDADES E DAS INFRA-ESTRUTURAS

Quadros eficazes de monitoria e avaliação (M&A) são a espinha dorsal de programas de refeições escolares bem sucedidos na região da CEDEAO. Estes quadros, equipados com indicadores de medição padronizados, são essenciais para supervisionar todos os aspectos da implementação do programa, desde a entrega dos alimentos até ao consumo. Ao estabelecer indicadores de base, as ferramentas de M&A simplificam as operações, identificam áreas de melhoria e asseguram a responsabilização, impulsionando assim o progresso em direção aos objectivos do programa. Para começar, a adoção de uma mistura, se não de todos os indicadores sugeridos do Quadro de Recursos do HGSF - resultados e produtos específicos para a região da CEDEAO - ajudará a preencher a lacuna de conhecimento no HGSF e a informar significativamente a tomada de decisões (ver quadro abaixo).

Figura 11: Visão geral dos resultados, realizações e indicadores específicos do HGSF sugeridos.

| Resultados e indicadores de resultados | | Resultados e indicadores de resultados | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Resultados: Aumento da participação dos pequenos agricultores no mercado com produtos de qualidade e diversificados | | | |
| Grau de ementas participação dos pequenos agricultores no programa | 1. Volume e valor dos géneros alimentícios adquiridos pelo programa HGSF aos pequenos agricultores, por produto | As escolas incluem alimentos provenientes de pequenos agricultores nas suas ementas | 1. Número de escolas que incluem alimentos provenientes de pequenos agricultores nas suas ementas |
| | 2. Número de pequenos agricultores que venderam alimentos ao programa HGSF | | 2. Número de rapazes e raparigas que consomem alimentos provenientes de pequenos agricultores no âmbito do programa |
| | 3. Volumes e valores das vendas dos pequenos agricultores aos agregadores visados | | 3. Quantidades e percentagens de alimentos provenientes de pequenos agricultores fornecidos como parte das refeições escolares |
| | 4. Número de pequenos agricultores que venderam alimentos aos | | 4. Número de escolas abrangidas pelo programa |
| Efeitos da refeições escolares participação no HGSF na produção e produtividade e dos pequenos Agricultores | 5. Número de pequenos agricultores que aumentaram a sua produção agrícola, por produto | | 5. Número de rapazes e raparigas abrangidos pelo programa |
| | 6. Número de agricultores que diversificaram a sua produtividade agrícola (rendimento/ha), por produto | | 6. Quantidades de alimentos fornecidos para as refeições escolares |
| | 7. Número de agricultores que aumentaram a sua produtividade agrícola (rendimento/ha), por produto | Os pequenos agricultores, incluindo as mulheres, são ajudados a produzir excedentes alimentares de qualidade que podem ser comprados para os programas de alimentação escolar | |
| | 8. Número de agricultores que reduziram as perdas pós-colheita através de técnicas melhoradas ou da participação em serviços de manuseamento e armazenamento pós-colheita | | 7. Número de pequenos agricultores que receberam apoio para aumentar e diversificar a sua produção e melhorar a sua produtividade |
| | 9. Número de agricultores que obtiveram acesso a crédito para aumentar a sua produção e/ou produtividade | | 8. Números e valores dos factores de produção fornecidos aos pequenos agricultores, por tipo |
| Efeitos do HGSF participação na vulnerabilidade de dos pequenos Agricultores | 10. Diversidade das culturas e dos produtos animais produzidos | 9. Números e tipos de assistência prestada aos pequenos agricultores em diferentes zonas, incluindo em: | |
| | 11. Pontuações de diversidade alimentar e de consumo alimentar dos agricultores | <ul style="list-style-type: none"> ▶ culturas diversificadas ▶ práticas agrícolas ▶ manuseamento e armazenagem pós-colheita ▶ marketing e outros | |
| | 12. Índice de estratégias de adaptação para pequenos agricultores | | |

Resultado: Acesso das crianças em idade escolar a alimentos frescos e diversificados

| | | | |
|------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Efeitos do aumento da aceitação do HGSF | 14. Absentismo de rapazes e raparigas após a introdução do HGSF | As crianças em idade escolar recebem refeições escolares | <ul style="list-style-type: none"> 10. Número de raparigas e rapazes dos grupos etários relevantes que receberam refeições escolares 11. Quantidades de alimentos fornecidas por refeição escolar média, por grupo de alimentos (real versus planeado) 12. Macro e micronutrientes fornecidos por uma refeição escolar média, como percentagens das necessidades diárias das crianças em diferentes grupos etários (real versus planeado) |
| Efeitos de uma maior diversidade alimentar e da qualidade das refeições HGSF | <ul style="list-style-type: none"> 15. Índice de diversidade alimentar das crianças que recebem refeições escolares 16. Absentismo de rapazes e raparigas por doença | São efectuados investimentos materiais evitar fontes de doenças e infeções | <ul style="list-style-type: none"> 13. Quantidades e tipos de produtos não alimentares fornecidos ou instalações construídas/melhoradas 14. Número de escolas e crianças com acesso a uma fonte de água potável melhorada |
| | | As escolas com HGSF fornecem alimentos adequados diversificados e frescos | <ul style="list-style-type: none"> 15. Números e percentagens de escolas abrangidas pelo programa HGSF que fornecem refeições de acordo com critérios nutricionais (directrizes e normas) |

Fonte: Quadro de Recursos para a Alimentação Escolar Cultivada em Casa, FAO-WFP, 2018

Embora a maioria dos países da região disponha de alguma forma de mecanismos de monitorização de dados, existe um desafio comum: a falta de sistemas de gestão de dados abrangentes capazes de fornecer informações em tempo real. Esta lacuna impede uma gestão eficiente dos programas e a tomada de decisões. Consequentemente, há um apelo generalizado à adoção de ferramentas sofisticadas e baseadas em dados para melhorar os processos de recolha e análise de dados.

Em vários países, como o Gana, a Libéria, a Nigéria, o Senegal e a Serra Leoa, ainda prevalecem os sistemas de controlo da assiduidade diária em papel. No entanto, estes sistemas sofrem de atrasos, incoerências e problemas de transparência. Para enfrentar estes desafios, os países têm de estabelecer quadros de M&A sólidos e dar prioridade à digitalização dos processos de recolha de dados.

Os esforços empreendidos pela Iniciativa de Monitorização e Dados da Coligação para a Refeição Escolar são cruciais a este respeito. A iniciativa visa apoiar os governos membros, não só fornecendo ferramentas de monitorização avançadas, mas também concentrando-se na criação de sistemas, no aperfeiçoamento de processos e no reforço da capacidade do pessoal. Esta abordagem abrangente tem como objetivo abordar as seguintes áreas-chave:

- Estabelecimento de indicadores de base acordados: A iniciativa procura estabelecer um consenso sobre um conjunto de indicadores de base com metodologias claras de cálculo e de comunicação. Estes indicadores melhorarão a coerência e a comparabilidade dos dados entre países, reforçando a eficácia dos esforços de controlo.

- Melhoria dos processos de recolha de dados: Trabalhando em estreita colaboração com os governos, a iniciativa estabelecerá processos normalizados para a recolha e comunicação sistemática de dados de elevada qualidade. Este esforço visa racionalizar os esforços de recolha de dados, reduzir a duplicação de pedidos de pessoal e garantir a fiabilidade e precisão dos dados recolhidos.
- Desenvolvimento de estratégias de divulgação e comunicação: Será desenvolvida uma estratégia sólida de divulgação e comunicação para garantir que os profissionais tenham acesso e possam utilizar plenamente as informações geradas pelos esforços de acompanhamento e avaliação. Esta estratégia facilitará a divulgação eficaz das melhores práticas, das lições aprendidas e dos conhecimentos práticos às partes interessadas relevantes, promovendo a partilha de conhecimentos e o reforço das capacidades.
- Criação de uma base de dados global sobre refeições escolares: Um dos principais objectivos da iniciativa é criar uma base de dados global única, oficial e fiável sobre refeições escolares e actividades relacionadas. Esta base de dados servirá como um bem público global, recolhendo sistematicamente, armazenando, seleccionando e tornando acessíveis dados nacionais oportunos sobre refeições escolares, bem como sobre saúde e nutrição escolar. Ao centralizar esta informação, a base de dados fornecerá informações valiosas para os decisores políticos, investigadores e profissionais, permitindo a tomada de decisões baseadas em evidências e promovendo a colaboração e a partilha de conhecimentos além-fronteiras.

Estudo de caso:

Aproveitamento de dados para a mudança: Transformar a alimentação escolar no Gana

Introdução

No coração da paisagem educativa do Gana encontra-se uma iniciativa transformadora: o Programa de Alimentação Escolar do Gana (GSFP). Este programa, que nasceu em 2005 com apenas dez escolas beneficiárias, transformou-se num esforço nacional, beneficiando mais de 3,8 milhões de alunos até ao final do ano letivo de 2023. No entanto, por detrás desta história de sucesso está um desafio: a necessidade de uma gestão de dados simplificada. Este estudo de caso investiga a evolução do GSFP e o papel fundamental desempenhado pelo Sistema de Monitorização de Dados e Informações sobre Alimentação Escolar na revolução da sua eficácia e alcance.

História do programa de refeições escolares no Gana

O GSFP surgiu como um farol de esperança, com o objetivo não só de aumentar a matrícula e a frequência escolar, mas também de combater a fome e a subnutrição. Com um enfoque na utilização de géneros alimentícios locais, o programa não só impulsionou a produção doméstica de alimentos, como também proporcionou oportunidades de emprego, especialmente para as mulheres. Os marcos importantes incluem a implementação de formulários de registo diário, a digitalização de ferramentas de monitorização e o desenvolvimento de menus adaptados às necessidades nutricionais e aos produtores locais de alimentos.

Sistema de Monitorização de Dados e Informação sobre Alimentação Escolar:

- **Identificação do problema:** A inconsistência dos dados e a falta de informações em tempo real representavam desafios significativos para a eficácia do GSFP. A transição para ferramentas digitalizadas teve como objetivo abordar estas questões, alinhando-se com a agenda de digitalização mais ampla do governo.
- **Situação antes do sistema de monitorização:** A recolha manual de dados a nível distrital levou a atrasos, imprecisões

O Gana surge como líder na região da CEDEAO pelos seus esforços louváveis na melhoria dos dados e sistemas de monitorização dos programas de refeições escolares. Embora os desafios persistam, a abordagem proactiva do Gana e a sua dedicação à melhoria impulsionaram-no para a vanguarda da inovação nesta área.

O estudo de caso sobre os esforços do Gana fornecerá informações valiosas sobre o percurso do país para melhorar os seus sistemas de dados e de controlo.

Na Guiné-Bissau, a introdução do School Connect representa mais um salto significativo na gestão de dados, simplificando os processos de recolha e análise de dados. Os painéis de controlo em tempo real da ferramenta melhoram a gestão do programa e a tomada de decisões, reduzindo os erros e as ineficiências associadas aos relatórios manuais.

e ineficiências no processamento e análise dos dados.

- **Processo de implementação:** O GSFP liderou a digitalização das ferramentas de monitorização, alavancando o apoio de partes interessadas como o Programa Alimentar Mundial (PAM). As sessões de formação dotaram as principais partes interessadas das competências necessárias para utilizar eficazmente estas ferramentas.
- **Resultados alcançados:** O sistema de monitorização revolucionou a precisão e a acessibilidade dos dados, facilitando a resolução imediata de problemas e aumentando a transparência. Também abriu caminho para uma colaboração reforçada entre o GSFP, as agências governamentais e as autoridades distritais.
- **Utilização dos resultados:** O sistema de monitorização fornece dados abrangentes sobre vários parâmetros do programa, desde a inscrição até à adesão aos menus, facilitando a tomada de decisões informadas.
- **Utilização do sistema:** As agências governamentais e as ONG utilizam estes dados para informar a política, o financiamento e o planeamento de programas, demonstrando o seu papel fundamental na promoção de mudanças com impacto.

Lições aprendidas e áreas a melhorar:

- **Lições aprendidas:** Os processos eficientes de recolha de dados e o aumento da exatidão dos dados foram as principais conclusões do processo de implementação.
- **- Áreas de melhoria:** O fornecimento constante de Internet e a localização por GPS são identificados como áreas a melhorar para superar os desafios logísticos.

Conclusão

A experiência do Gana sublinha o poder transformador dos dados na condução de programas sociais eficazes. À medida que o GSFP continua a sua jornada, o Sistema de Monitorização de Dados e Informações sobre Alimentação Escolar é um testemunho do potencial da inovação digital na remodelação dos cenários da educação e da nutrição. Com um compromisso de melhoria contínua, o Gana abre caminho para um futuro em que todas as crianças têm acesso não só à educação, mas também à alimentação e às oportunidades.

O Senegal planeia introduzir o School Connect em 2024, alargando as suas capacidades para captar as contribuições da comunidade para as refeições escolares. Esta funcionalidade irá fornecer informações valiosas sobre o impacto do envolvimento da comunidade, mostrando os benefícios quantitativos e qualitativos de tais contribuições.

Ao centrar-se nestas áreas críticas e ao adotar uma abordagem holística que engloba tanto ferramentas como medidas de capacitação, a Iniciativa de Monitorização e Dados da Coligação para a Alimentação Escolar visa reforçar os alicerces dos programas de alimentação escolar na região da CEDEAO, melhorando, em última análise, o seu impacto na saúde, nutrição e bem-estar das crianças dos países membros.

[[PAM Situation de l'alimentation scolaire dans le monde 2022](#)].

7. DEFESA GLOBAL E COOPERAÇÃO SUL-SUL

7.1. COLIGAÇÃO PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

A Coligação para a Merenda Escolar, originária da Cimeira dos Sistemas Alimentares de 2021, é uma iniciativa liderada pelos governos que se esforça por revitalizar os programas de merenda escolar, reforçar os sistemas alimentares e educativos e impulsionar acções para alcançar os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Em resposta a diversos desafios globais, esta coligação reuniu o apoio de 97 países em todo o mundo, 3 organismos regionais, juntamente com 127 parceiros, todos unidos nos seus esforços para enfrentar estas crises e garantir que todas as crianças tenham a oportunidade de aprender, crescer e prosperar. De notar que estes números representam a contagem à data do relatório, prevendo-se um crescimento contínuo.

As iniciativas lideradas por parceiros são concebidas para apoiar acções a nível nacional, incluindo:

1. **Investigação:** O Consórcio de Investigação para a Saúde e Nutrição Escolar, com um Secretariado na Escola de Higiene e Medicina Tropical de Londres, fornece as provas científicas para determinar quais as acções programáticas a que deve ser dada prioridade, com base no seu impacto e na relação custo-benefício;
2. **Financiamento:** A Iniciativa de Financiamento Sustentável, fundada pelo Fórum Global de Educação, trabalha com governos e doadores para aumentar e coordenar melhor o financiamento nacional e internacional para programas de alimentação escolar; e
3. **Dados:** A Iniciativa de Dados e Monitorização, organizada pelo PAM, apoia o desenvolvimento de uma base de dados global sobre refeições escolares para acompanhar e monitorizar as realizações da Coligação.

A coligação elevou notavelmente o foco sobre os benefícios abrangentes das refeições escolares, implementando um plano robusto para traduzir os compromissos em resultados tangíveis. Com o apoio da União Africana (UA) e da CEDEAO, os programas do HGSE que fornecem refeições gratuitas e nutritivas foram reconhecidos como estratégias versáteis para abordar as prioridades globais imediatas relacionadas com as crises alimentares e educativas.

No contexto da África Ocidental, 14 dos 15 países da CEDEAO aderiram à Coligação para a Alimentação Escolar, demonstrando o seu compromisso coletivo em melhorar o acesso das crianças às refeições escolares nos seus territórios. Nomeadamente, o Gana e a Guiné-Bissau foram os últimos membros da CEDEAO a aderir à Coligação em 2023, deixando Cabo Verde como o país que ainda não aderiu. Sete dos 15 países da CEDEAO, nomeadamente Benim, Burkina Faso, Gâmbia, Libéria, Mali, Senegal e Togo, foram mais longe e apresentaram os seus compromissos nacionais. Estes compromissos descrevem planos e objectivos específicos que cada país irá prosseguir para fornecer às crianças refeições escolares saudáveis e nutritivas, demonstrando a sua dedicação em alavancar os programas de alimentação escolar como soluções para os desafios regionais e globais.

7.2. COOPERAÇÃO SUL-SUL

A Cooperação Sul-Sul e a Cooperação Triangular proporcionam uma plataforma para que os países do Sul Global, que enfrentam desafios semelhantes ou partilham contextos semelhantes, se empenhem na aprendizagem mútua. Esta abordagem facilita a partilha e o intercâmbio de boas práticas e de lições aprendidas. Desde 2020, vários países da região têm participado em visitas de estudo no âmbito da Cooperação Sul-Sul e Triangular (CSST), quer como nações visitantes em busca de conhecimentos, quer como países anfitriões que oferecem os seus conhecimentos especializados.

7.3. VISITA DE ESTUDO DA SERRA LEOA AO QUÉNIA

Em 2023, o Governo da Serra Leoa embarcou numa visita de estudo ao Quénia para recolher informações sobre a transição bem-sucedida do Quénia da Alimentação Escolar tradicional para a Alimentação Escolar Caseira e os passos que o Quénia deu para a apropriação nacional do programa. Desde 2018, uma organização não governamental local no Quénia, a Food 4 Education, tem estado na vanguarda da implementação do programa de alimentação escolar, substituindo o Programa Alimentar Mundial (PAM) após 38 anos de gestão. Atualmente, a Food 4 Education fornece a 124 000 crianças refeições quentes, acessíveis e nutritivas todos os dias de escola, com o objetivo ambicioso de alimentar 200 000 alunos diariamente até ao final de 2023 e de atingir 1 milhão de alunos por dia nos próximos cinco anos. O Governo da Serra Leoa, tendo lançado o seu emblemático Programa de Educação Escolar Gratuita e de Qualidade (FQSE) em 2018, está empenhado em acelerar a sua transição para um programa de Alimentação Escolar Local. A visita de estudo ao Quénia permitiu que a delegação da Serra Leoa observasse em primeira mão o papel integral dos pequenos agricultores na cadeia de abastecimento, a gestão dos produtos recebidos pelas escolas e o apoio da política de alimentação escolar do Quénia para facilitar o programa de alimentação caseira através de um ambiente propício. A visita também permitiu conhecer os aspectos técnicos da forma como o Ministério da Educação do Quénia desembolsa os fundos para as intervenções de alimentação escolar e os mecanismos de responsabilização pelos fundos recebidos pelos administradores escolares. Um aspeto particularmente esclarecedor da visita foi a observação do método de cozinha centralizada do Quénia, onde as refeições são preparadas de manhã cedo e enviadas para as escolas em todo o país. Esta experiência ofereceu à Serra Leoa perspectivas valiosas sobre como aperfeiçoar e melhorar o seu próprio programa de alimentação escolar.

7.4. VISITA DO BURUNDI AO SENEGAL

Após uma visita de estudo esclarecedora ao Benim em 2021, liderada pela Primeira Dama do Burundi, que aumentou significativamente o compromisso do Governo do Burundi com a Alimentação Escolar, foi efectuada uma visita subsequente ao Senegal em 2023. Esta visita foi enquadrada no âmbito da exploração e compreensão das iniciativas locais de Alimentação Escolar. O Burundi, nesta conjuntura, está na fase piloto de implementação de sistemas descentralizados de compras locais e procurou inspiração no modelo estabelecido pelo Senegal. Desde 2014, o Senegal tem sido pioneiro num sistema de transferência mensal de dinheiro para as escolas, um mecanismo que permite que as escolas adquiram os fornecimentos diretamente a retalhistas aprovados. Esta rede de cerca de 700 pequenos comerciantes fornece uma gama de alimentos básicos para as refeições escolares, incluindo cereais, farinha, leguminosas, óleo e sal iodado, todos parte integrante do cabaz alimentar tradicional. O objetivo da visita de estudo do Burundi foi além da mera observação. Tinha como objetivo enriquecer a base de conhecimentos dos decisores políticos e do

peçoal técnico do Burundi sobre o desenvolvimento e a operacionalização de programas de alimentação escolar centrados em produtos saudáveis, de origem local e nutritivos. A delegação aprofundou as experiências de fortificação do Senegal e as iniciativas regionais mais amplas, adquirindo conhecimentos sobre a abordagem integrada da alimentação escolar adoptada no Senegal e noutros locais. Esta abordagem engloba um modelo de gestão caracterizado pela coordenação central, serviços descentralizados, pessoal dedicado e uma clara cadeia de responsabilidades, juntamente com o envolvimento de vários sectores, incluindo nutrição, agricultura e protecção social. A visita dotou a delegação do Burundi de uma compreensão mais profunda dos mecanismos para impulsionar a produção agrícola local, especialmente a transformação e fortificação de alimentos básicos a nível local. Também alargou a sua perspectiva sobre estratégias para melhorar o estado nutricional da população e identificar sinergias no âmbito do programa de alimentação escolar, lançando assim as bases para a potencial replicação e adaptação destes modelos no Burundi.



8. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

A análise da paisagem dos programas de alimentação escolar locais revela benefícios sociais profundos e sublinha o potencial do continente africano para combater eficazmente a fome e a malnutrição, salvaguardando o seu capital humano. Apesar dos progressos notáveis, ainda há muito trabalho a fazer para estabelecer sistemas resilientes. Isto inclui a codificação das políticas em lei, a diversificação das fontes de financiamento, a melhoria da coordenação multisectorial, o reforço da colaboração regional, o reforço da tomada de decisões com base em dados, a redução das perdas pós-colheita, o envolvimento do sector privado e a promoção de práticas favoráveis ao clima. A análise do panorama da alimentação escolar caseira na região da CEDEAO sublinha o compromisso coletivo de abordar a insegurança alimentar, o acesso à educação e os objectivos de desenvolvimento mais amplos. Enfatizando a sustentabilidade, a equidade e o empoderamento local, as iniciativas de HGSP mostraram-se promissoras em impactar significativamente a vida de milhões de crianças. No entanto, os desafios persistem, necessitando de esforços concertados e intervenções estratégicas para uma mudança duradoura.

8.1. RECOMENDAÇÕES

a. Vontade política e quadros jurídicos:

- Os governos devem iniciar políticas de HGSP, envolvendo amplas consultas às partes interessadas, e dar prioridade à promulgação de leis específicas para garantir a responsabilização e o financiamento sustentado.
- As dotações orçamentais para o HGSP no âmbito dos quadros jurídicos devem ser asseguradas para garantir a continuidade do programa apesar das mudanças políticas.

b. Mecanismos de financiamento sustentáveis:

- Os governos têm de diversificar as fontes de financiamento para além da dependência dos doadores, explorando esforços inovadores de mobilização de receitas, como a mobilização de impostos gerais, a tributação com afetação específica e a alavancagem de instrumentos financeiros como as Obrigações ODS e os investimentos de impacto.

c. Coordenação multisectorial e governação:

- Os programas do HGSP devem ser integrados nas políticas sectoriais, com sensibilização interna e criação de mecanismos de coordenação funcionais que envolvam todos os intervenientes relevantes.

d. Coordenação regional e intercâmbio de conhecimentos:

- Este rSMC/CoP da CEDEAO, liderado pelo CERFAM, em colaboração com o PAM e o Consórcio de Investigação, apoiará os governos no acompanhamento dos progressos em relação aos compromissos nacionais. O foco específico será nos 7 domínios dos compromissos nacionais, nomeadamente, Financiamento, Quadros Políticos e Institucionais, Coordenação, Participação Comunitária, modelos de aquisição, dados e monitorização e sensibilidade à nutrição.



e. Dados para a tomada de decisões:

- Os governos devem dar prioridade às ferramentas de recolha de dados digitais, à formação abrangente e à adoção de indicadores regionais para os programas de HGFS, a fim de melhorar a tomada de decisões com base em provas. Começando pelo seguinte:
 1. Valor dos produtos para refeições escolares adquiridos a pequenos agricultores/outras actores locais.
 2. Volume de refeições escolares fornecidas por pequenos agricultores/outras actores locais.
 3. Número de novos mercados nacionais a que os pequenos agricultores visados tiveram acesso graças ao programa.
 4. Proporção de pequenos agricultores [e outros actores] que declaram ter melhorado o acesso ao crédito
 5. Proporção de pequenos agricultores [e outros actores] que declaram ter melhorado o acesso aos factores de produção
 6. Percentagem de pequenos agricultores [e outros actores] que comunicam um maior acesso a oportunidades de geração de rendimentos.

f. Redução das perdas pós-colheita:

- Desenvolver políticas e estratégias abrangentes para minimizar as perdas pós-colheita, enfatizando o reforço das capacidades, a melhoria das infra-estruturas e a colaboração das partes interessadas.

g. Envolvimento do sector privado:

- Os governos devem envolver o sector privado com cautela, assegurando que as contribuições se alinham com as normas nutricionais e os objectivos de saúde pública.

h. Programas HGFS favoráveis ao clima:

- Adotar práticas ambientalmente sustentáveis nos programas do HGFS, incluindo tecnologias de energias renováveis e estratégias de adaptação ao clima.

8.2. SECÇÃO CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

a. Antecedentes e contexto:

- Conclusões: Os desenvolvimentos recentes indicam uma mudança no sentido de implementações conjuntas entre governos e parceiros internacionais, com o objetivo de aumentar a sustentabilidade e a eficácia dos programas de HGFS.
- Recomendações: Investir no desenvolvimento de capacidades, reforçar as parcerias e integrar o HGFS nas políticas nacionais.

b. Factores que influenciam a eficácia do HGFS:

- Conclusões: Os desafios da educação e da insegurança alimentar persistem na África Ocidental apesar dos esforços para os resolver; os programas HGFS representam uma solução viável.

- Recomendações: Aumentar os investimentos na educação, reforçar os sistemas de proteção social, atenuar os impactos das alterações climáticas e abordar os factores subjacentes que contribuem para os conflitos e as perturbações económicas.

c. Análise do panorama atual:

- Conclusões: A adoção de programas de HGFS reflecte um compromisso coletivo para com a segurança alimentar e o acesso à educação; subsistem desafios para alcançar uma cobertura consistente e equitativa.
- - Recomendações: Reforçar as parcerias, realizar mais investigação, partilhar as melhores práticas e explorar mecanismos de financiamento inovadores.

d. Quadros políticos e jurídicos, capacidade financeira, coordenação e disposições institucionais, participação comunitária:

- Conclusões: Colmatar as lacunas na adoção de políticas, enfrentar os desafios financeiros, reforçar os mecanismos de coordenação e promover a apropriação comunitária são essenciais para a implementação eficaz do programa HGFS.
- - Recomendações: Dar prioridade à promulgação legal, aos mecanismos de financiamento sustentáveis, reforçar os mecanismos de coordenação e concentrar-se na promoção da participação da comunidade, incluindo a diversificação das fontes de financiamento para além da dependência dos doadores.

e. Modelos de aquisição, abordagem sensível à nutrição, sistemas de dados e de controlo:

- Conclusões: Modelos de aquisição equilibrados, iniciativas sensíveis à nutrição e sistemas robustos de gestão de dados são cruciais para maximizar a eficácia dos programas de HGFS.
- Recomendações: Explorar modelos de aquisição híbridos, investir em iniciativas sensíveis à nutrição e melhorar os sistemas de gestão de dados.

f. Advocacia Global e Cooperação Sul-Sul:

- Conclusões: A Coligação para a Alimentação Escolar e a Cooperação Sul-Sul realçam a importância da colaboração global e do intercâmbio de conhecimentos para iniciativas sustentáveis de alimentação escolar.
- Recomendações: Encorajar o envolvimento contínuo na Coligação para a Alimentação Escolar, facilitar mais oportunidades para a Cooperação Sul-Sul e reforçar os mecanismos de financiamento e monitorização.

Ao implementar estas recomendações, os países da CEDEAO podem reforçar os seus programas de HGFS, assegurando um impacto sustentado na educação, saúde, nutrição e economias locais, ao mesmo tempo que promovem a resiliência a desafios futuros.

BIBLIOGRAFIA

1. Marie T. Ruel e Harold Alderman, "Intervenções e Programas Sensíveis à Nutrição: Como Podem Ajudar a Acelerar o Progresso na Melhoria da Nutrição Materna e Infantil?", *The Lancet* 382, no. 9891 (2013): 536-51.
2. Emergency Nutrition Network ENN, "What Does Nutrition-Sensitive Programming Mean for WFP?", *Field Exchange* 55, 2017, 63.
3. PAM, Regional Advocacy Brief: Nutrition-Sensitive Social Protection (Gabinete Regional do Programa Alimentar Mundial para o Médio Oriente, Norte de África, Ásia Central e Europa Oriental, 2020), <https://www.wfp.org/publications/rbc-regional-advocacy-brief-nutrition-sensitive-social-protection>
4. Banco Mundial, "New World Bank Country Classifications by Income Level: 2022-2023," 1 de julho de 2022, <https://blogs.worldbank.org/opendata/new-world-bank-country-classifications-income-level-2022-2023>
5. Banco Mundial. 2022. Estratégia de Educação para a África Ocidental e Central. Da escola ao emprego: Uma viagem para os jovens da África Ocidental e Central. © Banco Mundial.FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura). (2021). Alimentação e Agricultura no Burkina Faso: A Country Review.
6. UNICEF. (2020). Educação no Benim: Country Brief.
7. Verguet S, Limasalle P, Chakrabarti A, Husain A, Burbano C, Drake L, et al. The Broader Economic Value of School Feeding Programs in Low- and Middle-Income Countries: Estimating the Multi-Sectoral Returns to Public Health, Human Capital, Social Protection, and the Local Economy. *Front Public Health*. 2020;8(December):1-9.
8. Bundy DAP, de Silva N, Horton S, Patton G, Schultz L, Jamison DT, et al. Investment in child and adolescent health and development: key messages from Disease Control Priorities, 3rd Edition. *The Lancet*. 2018;391(10121):687-99.
9. Pastorino S, Springmann M, Backlund U, Kaljonen M, Milani P, Bellanca R, et al. Refeições escolares e sistemas alimentares: Rethinking the consequences for climate, environment, biodiversity and food sovereignty: A White Paper of the Research Consortium for School Health and Nutrition, an initiative of the School Meals Coalition. Londres; 2023.
10. FIDA (Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola). (2021). Investing in Rural People in Sierra Leone: Programa de Oportunidades Estratégicas para o País.
11. Banco Mundial. (2023). Projeto de Agricultura e Segurança Alimentar da Gâmbia: Implementation Status & Results Report.
12. PAM, "Plano de Resposta Operacional Global do PAM".
13. GCNF, "School Meal Programmes Around the World: Results from the 2021 Global Survey of School Meal Programmes".
14. Comissão da União Africana e Agência de Desenvolvimento da União Africana - NEPAD (2022). Orientações da AUDA-NEPAD para a Conceção e Implementação de Programas de Alimentação Escolar em África. Midrand, África do Sul, AUDA-NEPAD, <https://www.nepad.org/publication/guidelines-design-and-implementation-of-home-grown-school-feeding-programmes>
15. Counterpart International (2023). Sukaabe Janngo: Five years of Commitment and Community Engagement in the Saint Louis Region [Cinco anos de empenhamento e envolvimento comunitário na região de Saint Louis].
16. Counterpart International (2023). Collaborative Innovation Brings Mung Beans to Senegal (Inovação colaborativa leva o feijão mungo ao Senegal).
17. Counterpart International (2016). A comunidade senegalesa começa no jardim.
18. Comissão da Educação (2022). Programas de refeições escolares e a crise da educação: Uma análise do panorama financeiro.
19. FAO. 2022. Aquisição local da agricultura familiar para o programa de alimentação escolar - A experiência de Belize. Belmopan.
20. FAO, Aliança da Bioversity International e CIAT e Editora da UFRGS (2021). Compras públicas de alimentos para sistemas alimentares sustentáveis e dietas saudáveis - Volume 1. Roma.
21. FAO. 2020. School-based food and nutrition education - A white paper on the current state, principles, challenges and recommendations for low and middle-income countries. Roma.
22. FAO (2020). Togo: Nova lei sobre alimentação escolar promove o cumprimento dos direitos humanos
23. FAO. 2019. Orientações e normas nutricionais para as refeições escolares: um relatório de 33 países de baixo e médio rendimento. Roma. 106 pp.
24. FAO E PAM. 2018. Alimentação escolar caseira. Quadro de recursos. Documento técnico. Roma
25. FAO (2017). Alavancar a aquisição institucional de alimentos para a transformação rural. Roma
26. GCNF (2022). Cantinas escolares: A experiência da alimentação escolar caseira (HGSEF) impulsiona o dinamismo das cantinas escolares no Togo
27. Instituto Internacional para o Desenvolvimento Sustentável (IISD) (2019). Porque é que o financiamento das infra-estruturas rurais é crucial para alcançar a segurança alimentar
28. Instituto Internacional para o Desenvolvimento Sustentável (IISD) (2018). Financiamento de infra-estruturas rurais: Prioridades e caminhos para acabar com a fome.
29. Kelly, S. e Swensson, L.F.J. 2017. Alavancar a aquisição institucional de alimentos para ligar os pequenos agricultores aos mercados: Conclusões da iniciativa Purchase for Progress do PAM e dos programas de aquisição de alimentos do Brasil. Estudo Técnico 1 sobre Economia do Desenvolvimento Agrícola da FAO. Roma, FAO. 101 pp.
30. PAM (2023). School Based Programmes: Investir nas crianças e nas comunidades através da saúde e da nutrição escolares.
31. PAM (2023). Resumo das provas: Lessons on School Feeding in West and Central Africa (Lições sobre Alimentação Escolar na África Ocidental e Central). Roma, Programa Alimentar Mundial.
32. PAM (2022). State of School Feeding Worldwide 2022. Roma, Programa Alimentar Mundial, <https://publications.wfp.org/2022/state-of-school-feeding/>
33. PAM (2020). Estratégia de Alimentação Escolar do PAM 2020 - 2030. Roma, Programa Alimentar Mundial.
34. Banco Mundial (2016). Global School Feeding Sourcebook Lessons from 14 Countries. Editado por Lesley Drake et al. Londres, Grupo do Banco Mundial.
35. Aurino et al. (2016.) Ghana Home Grown School Feeding Programme. Relatório de avaliação de impacto. Parceria para o Desenvolvimento Infantil, Londres.
36. CIAT (2023). Estado da Alimentação Escolar na América Latina e nas Caraíbas 2022.
37. IFPRI (2017). Instituto Internacional de Investigação sobre Políticas Alimentares.
38. FAO (2021). Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura.
39. Valencia et al. (2019). Nome da revista.
40. PAM (2017). Programa Alimentar Mundial.



World Food Programme



School Meals Coalition
Nutrition, Health and Education for Every Child



LONDON SCHOOL of HYGIENE & TROPICAL MEDICINE

